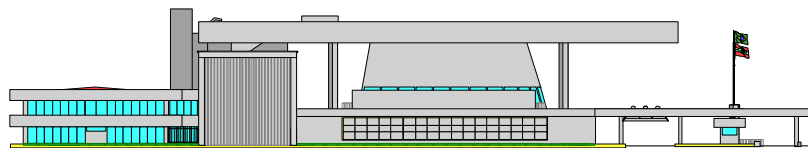


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LII

FLORIANÓPOLIS, 3 DE ABRIL DE 2003

NÚMERO 5.081

15ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Volnei Morastoni
PRESIDENTE

Onofre Santo Agostini
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves de Souza
2º VICE-PRESIDENTE

Romildo Titon
1º SECRETÁRIO

Altair Guidi
2º SECRETÁRIO

Sergio Godinho
3º SECRETÁRIO

Francisco de Assis
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO

Líder: Joares Ponticelli

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Rogério Mendonça

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Afrânio Boppré

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Jorginho Mello

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

DEPUTADOS ESTADUAIS

ALTAIR GUIDI (PPB)

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
(PPB)

CELESTINO SECCO (PPB)

JOARES PONTICELLI (PPB)

LÍCIO SILVEIRA (PPB)

NELSON GOETTEN (PPB)

NILSON MACHADO (PPB)

RENO CARAMORI (PPB)

VALMIR COMIN (PPB)

GENÉSIO GOULART (PMDB)

HERNEUS DE NADAL (PMDB)

MANOEL MOTA (PMDB)

MAURO MARIANI (PMDB)

ROGÉRIO MENDONÇA (PMDB)

ROMILDO TITON (PMDB)

RONALDO BENEDET (PMDB)

JORGINHO MELLO (PSDB)

NILSON GONÇALVES (PSDB)

EDUARDO CHEREM (PSDB)

SIMONE SCHRAMM (SEM
PARTIDO)

ANTÔNIO CERON (PFL)

CESAR SOUZA (PFL)

CLÉSIO SALVARO (PFL)

DJALMA BERGER (PFL)

ONOFRE SANTO AGOSTINI (PFL)

JÚLIO GARCIA (PFL)

JOÃO PAULO KLEINUBING (PFL)

JOÃO RODRIGUES (PFL)

AFRÂNIO BOPPRÉ (PT)

ANA PAULA LIMA (PT)

DIONEI WALTER DA SILVA
(PT)

FRANCISCO DE ASSIS (PT)

JOSÉ PAULO SERAFIM (PT)

PAULO ROBERTO ECCEL (PT)

PEDRO BALDISSERA (PT)

VOLNEI MORASTONI (PT)

WILSON VIEIRA (PT)

NARCIZO PARISOTTO (PTB)

SERGIO GODINHO (PTB)

ODETE DE JESUS (PL)

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Maria Salette de Bem
Urban

**Divisão de Divulgação e
Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1419
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 17ª Sessão Ordinária
1ª sessão Legislativa da realizada
em 01/04/20032
Ata da 004ª Sessão Especial
1ª sessão Legislativa da realizada
em 01/04/2003 14

Atos da Mesa

Atos da Mesa21

Publicações Diversas

Extrato23
Lei23
Ofícios23
Portarias24
Projeto de Lei24

PLENÁRIO**ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA****EM 01 DE ABRIL DE 2003****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI**

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Sousa - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Eduardo Cherem - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Paulo Kleinübing - João Rodrigues - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Paulo Serafim - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Mauro Mariani - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Sérgio Godinho, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passares às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Lício Silveira, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, na quinta-feira passada, dia 27, era dia do meu aniversário. Fiquei um ano mais velho e tirei o dia para meditação. Nessa meditação eu saí e encontrei um médico que me perguntou se eu ando angustiado. Eu respondi que não. Ele insistiu perguntado se eu estava angustiado pela minha idade e eu tornei a responder que não, de jeito nenhum, em hipótese alguma. Estou angustiado porque na Assembléia às vezes comentam que buscamos material nas revistas Veja, Isto É, Dinheiro, Folha de S.Paulo e colocam as coisas para fora e o pessoal é contra.

Mas ele me disse o seguinte, Sr. Presidente: tenha coragem, rapaz, você tem que ler mesmo, e tudo o que for verdade você tem que colocar para fora, assim a sua pressão vai ficar mais baixa. Coincidentemente, fui andando e encontrei uma amiga minha, especialista em holística, uma vidente, que me disse que quarta-feira nós não devíamos falar mal do PT (até achei engraçado). Ela ainda especificou: trata-se do Deputado Francisco de Assis. Não falem mal que ele vira uma cobra.

Aquilo ficou comprovado, porque eu estava cheio de dor por causa do movimento que houve aqui. Fui segurar o movimento e me machuquei. Por isso, peço aos colegas

Deputados que na quarta-feira não façam nenhum comentário com relação ao meu prezado amigo, gosto muito dele, Deputado Francisco de Assis.

Feita esta introdução, vou começar novamente, e por inúmeras vezes venho aqui para falar que sou contra, dizer que a municipalização é o caminho. Aliás, sou a favor da nota do sindicato. Ainda disse, na ocasião, que, felizmente, a CUT está acordando em Santa Catarina.

(Passa a ler)

"A municipalização é o caminho para a privatização em defesa do saneamento ambiental público."

Eu estava lendo uma série de itens e vou dar continuidade: o item 03 diz o seguinte:

"03 - A iniciativa privada, especialmente os operadores multinacionais, tem interesse apenas nas grandes cidades que, não por acaso, têm os maiores índices de lucratividade. Mas quem arcará com o déficit dos pequenos Municípios que em nosso Estado são a grande maioria? O Governo Estadual? As empresas privadas? A tarifa social, adotada e cobrada pela Casan, congelada desde 1996, no valor de R42.60 para 10 mil litros de água, será mantida com a privatização?;"

Ora, no item 04 novamente acho que os sindicatos agiram corretamente.

"04 - Os baixos índices de atendimento em esgoto no Estado de Santa Catarina têm como principal causa a falta de investimento no setor de saneamento. Problema esse que atingiu, nos últimos anos, indistintamente, as companhias estaduais de todo o Brasil. E também algumas Samaes apresentam indicadores de esgoto inferiores aos da Casan;

05 - O Governo Federal tem afirmado seu propósito de investir, reestruturar e fortalecer as Companhias Estaduais de Saneamento, num total de 27. Estranhamente, o nosso Estado, através do Governo Luiz Henrique, é o único que caminha no sentido contrário;

06 - Por entender que a municipalização proposta pelo atual Governo, ao invés de solucionar os graves problemas de saneamento em nosso Estado, irá trazer ainda mais prejuízos à população, sobretudo as de baixa renda, é que entidades abaixo vêm a público propor: "E eu estou de acordo com a proposição de todos os sindicatos aqui, e alguns deles filiados à CUT.

"- Investimentos públicos urgentes para o setor;

- Prorrogação dos atuais contratos de concessão, até que se defina uma nova política nacional de Saneamento no Brasil e em Santa Catarina (a discussão sobre a política nacional de saneamento deve ocorrer até o final do ano, através de uma Conferência Nacional a ser convocada pelo Ministério das Cidades);

- Democratização da relação com o poder concedente, através de um novo contrato de concessão, com controle social e espaços de participação popular na definição das políticas públicas de saneamento;

07 - Por fim, reivindicamos aos Prefeitos, Diretoria da Casan e ao Governador Luiz Henrique que respeitem a história do saneamento em Santa Catarina, adotando uma gestão compartilhada entre o Estado e os Municípios, mantendo a Casan como prestadora pública dos serviços de água e saneamento ambiental.

Água é vida! E Privatizá-la é crime.

SINTAE - SENGE - SINDECOM - SINECT - SAESC - FNU - CUT/SC."

Olha, francamente, eu acho que as coisas não podem ser feitas de cima para baixo, de uma forma inadequada! Nós já tivemos exemplos aqui na época da reforma administrativa, onde quiseram nos colocar goela abaixo o problema da Epagri, da Cidasc, da Cohab, tornando-a em uma instituição fundacional ou em uma autarquia.

Não há saída para isso! E quando vejo o Presidente da Casan, por um lado, com um pé na municipalização, por outro lado, com a preocupação de todos os investimentos que foram feitos, e ele é obrigado, porque é o ordenador de despesas número um, buscar esses recursos de volta para a Casan, ele tem razão! Agora, o que falta a nós, aqui, embora fuja desta Assembléia, mas como a água é um dos nossos desafios no presente e no futuro, é tomarmos uma atitude com relação a este problema, que é um absurdo o desmonte que se está fazendo contra a Casan.

Ai podem dizer que a Casan está falida, a Casan tem 150 milhões de dívida no passivo trabalhista, a Casan tem mais isso, mais aquilo e mais aquilo. Jogam os problemas, esquecendo-se - eu vou abordar logo este assunto - que a atual gestão também tem alguns problemas.

Então, é um assunto que nós devemos levar com seriedade.

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - Deputado Lício Silveira, acho muito oportuna a manifestação de V.Exa. sobre a questão do saneamento, da água no Estado de Santa Catarina. Mas quero dizer que nós teremos uma audiência pública no dia 10 de abril, às 13h30min, para falar a respeito da questão do saneamento. E acho oportuno até levar essa questão no que diz respeito à municipalização ou, entre aspas, a privatização.

Srs. Deputados, como morador do Município de Balneário Camboriú e sabendo que a Casan do nosso Município é uma das agências que mais arrecada no Estado de Santa Catarina, posso afirmar que a imagem da cidade tem um prejuízo violentíssimo pela falta de investimento na Casan, a ponto de ser acusada como uma das praias mais poluídas deste País.

E quero deixar bem clara a minha posição: sou frontalmente contrário à privatização da água, do manejo da água, do gerenciamento da água, do saneamento. Não tenho uma posição tomada ainda, mas sou frontalmente contra a privatização, até porque a água, além de ser um bem vital, é finito. E se hoje estão lutando, guerreando pelo domínio do petróleo, do combustível, com certeza uma das próximas guerras será pelo domínio da água.

Então, no meu modesto entendimento, mais do que nunca, o gerenciamento da água em si tem que ficar na mão do poder público.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Concordo com V.Exa. Tem que ficar com o poder público e deve haver uma política estadual adequada. Concordo também quando os sindicatos colocam aqui que ingerências políticas prejudicam a Casan.

Com relação às suas praias, realmente elas apresentam problemas, não só por falta de complementação na parte de esgoto, mas também por causa de certos usuários do sistema que ainda insistem em jogar o esgoto no pluvial. Mas este não é só um problema de lá, é também daqui de Florianópolis.

O Sr. Deputado Eduardo Cherem - Deputado, nos dois últimos anos, em Balneário Camboriú, vistoriamos 45 mil imóveis e, graças a Deus, tirando aqueles que não têm a área de visitação da Casan, não há mais nenhum imóvel ligado incorretamente.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu só não posso concordar com o que diz aqui: "Municipalização da água avaliada por Prefeitos". Meu particular amigo Pedro Uczai aposta que a municipalização é uma saída viável...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, quero fazer, no dia de hoje, referência a uma certa ocasião, logo após a eleição de 2002, quando o Lula, pela imprensa, fez uma avaliação das razões, dos motivos que lhe permitiram chegar à Presidência da República e, até, recentemente, numa reunião do diretório do Partido dos Trabalhadores, voltou a falar a mesma coisa.

Nós temos absoluta certeza de que umas das razões que fez com que o Lula conseguisse ganhar as eleições de 2002 foi, sem sombra de dúvidas, o fato de a sociedade brasileira ter chegado ao ponto de estar sofrendo profundamente. A crise econômica era tão generalizada e profunda que o povo tentou várias alternativas. E o Lula só ganhou a eleição não porque a coisa estava boa, porque estava tudo certo, porque a situação anterior estava bem administrada, porque a economia brasileira voltou a crescer nas suas

taxas históricas de 6 a 7% ao ano o PIB, porque não havia mais violência em ascensão, pelo contrário! Boa parte do contingente da população brasileira só foi depositar o voto nas urnas em favor do Lula em função do estrago, da catástrofe sócio-econômica produzida pelos Governos anteriores.

Esta é a leitura que temos que entender: um grau de insatisfação política generalizada dessa sociedade que, gradativamente, amplia a margem dos excluídos, dos miseráveis, dos pobres. E a situação estava ficando insuportável, até mesmo para os grandes empresários, para a iniciativa privada.

Então, a opção pelo Lula, depois de 22 anos de construção partidária, depois de 22 anos do PT (e tinha muita gente que dizia: "Lá vai o Lula pela quarta vez, não vai dar certo, o PT vai perder de novo"), depois dessa situação de crise profunda, aguda na sociedade brasileira, era, talvez, um último recurso, uma última esperança.

Ora, se a situação chegou no fundo do poço, é bom lembrar que para recuperarmos esta crise vamos precisar trabalhar muito, com muito afinco, com muita dignidade, com muita inteligência - trabalhar de manhã, à tarde e à noite e na madrugada -, para conseguirmos tirar este País do fundo do poço, em função da situação em que foi submetido e levado.

Então, não é tarefa fácil governar o Brasil. Pelo seu gigantismo, pela sua dimensão por si só já é difícil, todos temos que reconhecer. Mas a herança que foi transferida para o Governo coloca isso num grau de dificuldade muito maior.

Dentre essas heranças, Deputado Onofre Santo Agostini, temos uma delas, que é a safra de produtos transgênicos que foi plantada e que neste momento está a ponto de ser comercializada.

Creio que há, por parte da Presidência da República, neste momento, um equívoco, porque foi uma safra de transgênicos plantada que agrediu a lei, na clandestinidade, criminosamente, e não podemos, neste momento, criar um precedente, mesmo sabendo que o Governo anterior não fiscalizou, que o aparato estatal não esteve disposto a combater e a reprimir, inclusive, quem plantasse. Sempre se fez aqui um meio termo, uma mea-culpa.

Então, esta situação, podemos reconhecer, não é a forma adequada e nem podemos dizer: "Já que plantaram, vamos escoar essa produção". Nem para dentro nem para fora! Nem para o mercado interno e nem para a exportação, porque o problema do transgênico é que temos da comunidade científica cada vez mais provas científicas de que os produtos geneticamente modificados agredem o meio ambiente e a própria saúde humana.

Portanto, por estas duas razões, pela questão ambiental e pela vida, não podemos favorecer aqueles que, na clandestinidade, na ilegalidade, resolveram optar para obter um dinheirinho a mais, mais lucro, maior lucratividade.

Assim sendo, é uma medida provisória a qual tenho discordância, por isso estou aqui a fazer crítica. E tem um aspecto, Deputado Lício Silveira, que quero aqui na tribuna frisar, que é o seguinte: os Presidentes anteriores ao Lula, todos eles, vou usar o último Presidente, Fernando Henrique Cardoso, que se eleger por uma estratégia de Governo, sobretudo por uma estratégia econômica. Na condição de Ministro, organizou um plano econômico e esse plano econômico foi o seu principal cabo eleitoral.

Quando ele senta na cadeira de Presidente da República, a partir do poder, começa a edificar, a construir o seu Partido Político, que é o PSDB.

Foi assim que ampliou da noite para o dia a sua Bancada, a do PSDB, praticamente dobrou, e ele foi gradativamente constituindo o seu Partido.

É a primeira vez na história da República brasileira, Deputado Onofre Santo Agostini, que temos uma situação inversa! Primeiro, constrói-se um Partido Político com profundas raízes na sociedade; Partido experimentado na luta do povo pobre e oprimido, nas administrações municipais, e está aqui o Deputado Pedro Baldissera como experiência bem sucedida em Guaraciaba, no interior do Estado; Partido experimentado nos Parlamentos Municipal e Estadual; Partido experimentado na luta política programática.

Temos 22 anos depois da construção do maior Partido Político da América Latina, e a candidatura do Lula é resultado da construção partidária e da grave crise social que o Brasil vivia.

Então, talvez alguns estranhem que neste momento o Partido pelo qual elegeu o Presidente da República possa fazer questionamento ao seu Governo! O projeto político do Partido dos Trabalhadores passa pelo Governo Federal! Mas é para além do Governo! Não estamos acoplados a uma perspectiva eminentemente governista! O Governo para nós é uma oportunidade histórica para fazer avançar as bandeiras democráticas, as lutas sociais, o interesse do nosso povo excluído.

Por isso, podemos vir aqui com tranquilidade fazer referências a medidas a exemplo dessa, Deputado Onofre Santo Agostini, inclusive discutir abertamente as nossas opiniões quando são divergentes.

Isso só acontece porque o PT cresceu pautado pela luta democrática. É um Partido democrático. Nasceu combatendo a ditadura militar e exercendo na prática a democracia.

Então, neste momento deixo este entendimento, este momento da vida nacional, para até questionarmos. Vamos fazer daqui a alguns dias 100 dias de Governo Lula. Tem Deputado que vem a esta tribuna fazer cobranças como se estivéssemos há 100 anos no Governo. Não estamos! Aguardem. Fé no que virá.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, hoje tive a sorte de estar inscrito logo após o Deputado Afrânio Boppré, podendo, assim, ouvir atentamente a sua manifestação em defesa, não diria defesa, mas fazendo ainda um discurso de Oposição. A cada manifestação do PT, convenço-me mais que não se deram conta de que são os comandantes deste País!

A campanha eleitoral já acabou! A campanha eleitoral já passou! O PT já é Governo há quase 100 dias! E em 100 dias geralmente os Governos prestam contas, têm algo a mostrar!

Entendo toda a dificuldade do Deputado Afrânio Boppré, que já não vem mais a esta tribuna com aquela convicção de outrora, já não faz mais aquele discurso empolgado, contundente. Hoje, já faz um discurso ameno, tímido, dizendo que faz só 90 dias de Governo Lula. Não! Não faz 90 dias, faz 150 dias que o PT ganhou a eleição, Deputado Onofre Santo Agostini! E faz 12 anos que se está preparando para comandar o País! Mas se preparou tanto que não tem sequer os projetos de reforma para encaminhar ao Congresso Nacional para começar a discutir! Sequer as propostas!

Hoje, dia 1º de abril, Dia da Mentira, estamos aguardando o PT manifestar-se sobre a BR-101. Estamos angustiados. Era para recebermos no dia 30, domingo, uma resposta, mas passaram para ontem. E hoje, até este horário, 14h50min, o Ministro do Governo do PT, desrespeitosamente, não deu ainda nenhuma resposta, fazendo as lideranças e a população do Sul de Santa Catarina de bobos! Desrespeitando completamente, mentindo no Dia da Mentira. E neste dia o PT anuncia, sem fogueatório, é verdade, Deputado João Paulo Kleinübing, o reajuste do salário mínimo. Passamos 22 anos ouvindo o PT chamar de injusto este salário mínimo que se paga para os aposentados, para o trabalhador brasileiro. Ouvimos durante oito a 10 anos o PT dizer que o salário mínimo tem que ser de U\$100,00, mas hoje anunciaram um salário mínimo que está muito longe dos U\$100,00.

Tive o cuidado de calcular para ver quanto representa o reajuste para quem prometeu dobrar o salário mínimo no seu Governo. Sabe quanto, Deputado João Paulo Kleinübing? É de R\$4,00! Este é o reajuste que o PT está dando hoje de salário mínimo. Olha como aumentou o poder aquisitivo de quem ganha o salário mínimo, e prometeram dobrar!

Alguém disse que iria dobrar o salário mínimo durante os quatro anos de governo. Uma oportunidade de reajustar já se foi, e se vão ser durante os quatro anos, o aumento deveria ter sido em torno de 25%, porque quando o Sr. Fernando Henrique era Presidente, eles exigiam!

Testemunhei quando eles diziam que faltava vontade política, que faltava comprometimento, que faltava decisão, que faltava vontade de o Governo querer reajustar e hoje é isso o que o PT oferece ao trabalhador brasileiro - R\$4,00 -, para quem prometeu no mínimo dobrá-lo ao longo do seu mandato.

Daí entendemos o porquê desta mudança na eloquência do discurso, é evidente que muda. Os jornais estão dizendo, hoje, Deputado Afrânio Boppré, que a democracia do seu Partido quer expulsar o Deputado Federal João Batista de Araújo, o Babá, estão enquadrando, aplicando corretivo naqueles que estão contestando, envergonhados, quem sabe, desta ação.

Pelo amor de Deus! Vamos descer do palanque, a campanha já acabou e faz tempo! É preciso começar a governar, é preciso descer do palanque! O PT não é mais Oposição, o PT é Governo e precisa de fato dizer a que veio ou vamos passar os quatro anos ouvindo isso: de que afundaram, de que não tem consento, de que vai levar tempo. Mas o PT não sabia disso?

Prometia fórmulas mágicas, mesmo depois de ganhar a eleição, gerando expectativa, ansiedade, espera. Venderam esperança, a qual, parece-me, começa a se transformar em ilusão, especialmente para nós, do Sul do Estado, porque a nossa fome, Deputada Ana Paula Lima, é pela duplicação da BR-101. Esta é a nossa Fome Zero.

O Governo Federal nos enganou, mas quem está comandando este País agora continua nos enganando, tanto que desde o dia 30 estão para nos anunciar esta resposta. Passou o dia 30, o dia 31, chegou o Dia da Mentira, 1º de abril, sendo prometido para as 11h de hoje, já passou do meio dia e meio, são quase 15h, e não recebemos nenhuma informação.

Acompanhei pronunciamentos alocados nesta Casa, brigas, discussões e cobranças de quem não tinha mais paciência e agora estão esgotando a nossa paciência. Não estão sequer nos respeitando, pois sequer nos deram uma resposta, se vão anunciar no dia tal e honrar com o seu compromisso.

Nem isso, meu caro Prefeito Jorge Leonardo Nesi, Nardo, do Município de Gravatal, V.Exa. que sabe quanto a nossa população está indignada.

As pessoas estarão nas ruas, neste final de semana, pedindo, cobrando, implorando para que se comece a utilizar daqueles mesmos artifícios, daqueles mesmos eventos tão utilizados pelo Partido dos Trabalhadores de radicalizar, de fechar a rodovia, de cobrar, de questionar. Parece-me que o PT ainda não se deu conta de que está do outro lado do balcão.

Eu estou fazendo um esforço, estou aprendendo a fazer oposição, mas não mudei o meu discurso, o meu posicionamento. Mantenho minha coerência, mantenho o discurso que fiz nesta Casa durante quatro anos. Mas estou vendo e me surpreendendo a cada dia com uma nova mudança de discurso, com um novo posicionamento. Como as coisas estão mudando!

Estou fazendo, através da minha assessoria, um trabalho de resgate, utilizando o trabalho das nossas taquígrafas, e graças a elas vamos poder, a partir da semana que vem, trazer discursos contundentes praticados nesta Casa, especialmente por quem é poder hoje. E agora se vê uma prática completamente antagônica, uma verdadeira negação a tudo o que foi dito até hoje.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Nobre Deputada, quero concluir o meu pensamento. E até em homenagem ao Deputado Lício Silveira, que tentou apartear antes e também não conseguiu. Mas depois vamos continuar debatendo sobre este assunto. Agora preciso concluir o meu raciocínio.

Quero dizer que estamos cansados dessa demagogia toda que alguns ainda praticam. É hora de assumir verdadeiramente, é hora de dizer a que vieram!

Deputado Afrânio Boppré, assomar à tribuna para ficar atirando, ficar jogando culpa em quem passou, não leva a nada! Eu ouvi isso de V.Exa. e de tantos outros Parlamentares em outras oportunidades! Quando reclamávamos sobre as condições com as quais tínhamos o Governo do Estado, em quantas oportunidades V.Exa. e tantos outros diziam: "Olha, desçam do palanque; paguem o salário atrasado do servidor!"

E agora o discurso mudou. Por isso estou aqui para cobrar, porque não mudei o meu discurso, continuo com o mesmo posicionamento, mantenho minha coerência, porque não tenho que dar explicações, como aqueles que queriam o imediatismo, a solução já. E eles ainda não se deram conta de que são Poder para poder verdadeiramente cumprir com aquilo que prometeram para os brasileiros.

Mas ainda, Deputado Celestino Secco, que tenha sido só R\$4,00 de reajuste! 1,85% de reajuste do salário mínimo ou de ganho real está, é claro, muito aquém daquilo que o PT discursou a vida toda. Mas aquele Governo pelo menos encaminhou e V.Exa. muito bem cobrou hoje do Governo Estadual, porque chegou o mês de abril e não foi encaminhada ainda para esta Casa a proposta de revisão geral dos servidores públicos de Santa Catarina, que já está no período.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Celestino Secco, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, bem lembrou o nosso Líder, Deputado Joares Ponticelli, de um pedido de informação que encaminhei nesse dia a esta Casa, e me reportei a ele na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, onde o ilustre Deputado Genésio Goulart é Presidente, buscando saber quais são as providências adotadas pelo Poder Executivo Estadual com relação à reposição salarial dos servidores públicos do Estado.

Fiz este pleito tendo em vista que os projetos anteriores de revisão geral de proventos e de remuneração, aprovados por esta Casa Legislativa, configuravam a reposição das perdas salariais do período de 1º de janeiro de 1999 a 31 de março do ano de 2002. Portanto, restando a partir de 1º de abril do ano passado a 31 de dezembro uma nova revisão geral da remuneração dos proventos dos servidores inativos e da remuneração dos servidores da ativa.

Já estamos no mês de abril, penso que é imperativo, necessário e fundamental que a esta Casa seja remetido um projeto que estabeleça o regramento da revisão geral prevista no art. 23 da Carta Estadual, que atinge, evidentemente, a todos os Poderes, mas que remete competência ao Poder Executivo para iniciar, já que ele é quem faz a arrecadação e quem mantém o controle das contas públicas, esse processo de promoção da revisão geral da remuneração dos servidores.

E essa revisão geral, Deputado Joares Ponticelli, está isolada, está isenta, está livre das determinações impostas pela Lei Complementar nº 101 do limite de gastos com pessoal. Portanto, esta revisão geral anual independe do percentual que está sendo gasto. Evidentemente que há o compromisso de, ao longo do exercício, se retornar ao limite prudencial da remuneração de gastos com o pessoal.

Por isso, considero importante que esta Casa aprove este pedido de informação e inicie esta discussão que considero importantíssima que seja tomada. Não se está aqui a exigir que o percentual a ser levantado das perdas salariais, pelo índice que vier a ser aplicado, seja reposto todo de uma vez só. Que seja feito em parcelas ao longo do exercício, mas que esta Casa possa receber, já que é prerrogativa da iniciativa do Poder Executivo, e merecer esta proposta para aqui ser discutida, analisada e implementada.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Celestino Secco, primeiramente quero cumprimentá-lo pela iniciativa, porque chegou o mês de abril, chegou o mês da revisão geral dos salários e até agora nada foi dito pelo Governo nem por seus correligionários, nesta Casa.

Nós sabemos do ditame legal e os servidores estão na expectativa de que o Governo possa encaminhar o projeto de lei para que possamos saber de quanto será a reposição das perdas do período de abril para cá. Afinal de contas, durante o nosso Governo, durante o Governo Esperidião Amin não conseguimos conceder ao servidor público tudo aquilo que ele merece, mas saímos com a consciência tranquila de quem no seu período de governo resgatou todas as perdas salariais. Chegamos a um volume total de algo em torno de 28%. Um dos maiores índices de reposição de perdas do País.

Eu não sei se algum outro Governo no Brasil chegou a este percentual de revisão geral de salários, concedendo o benefício para todos os servidores. E nós sabemos que de abril para cá, até em função da legislação eleitoral, esta revisão não poderia ser feita.

Portanto, já temos o período de 12 meses para que o Governo possa fazer a revisão. E V.Exa. aborda este assunto muito oportunamente. Precisamos aprovar esse requerimento e forçar e cobrar do Governo que encaminhe para esta Casa o projeto de lei, a fim de que possamos ter, a partir de maio, a garantia de que os servidores públicos de Santa Catarina terão a revisão geral dos salários, conforme preconiza a lei.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Muito obrigado, Deputado, e incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Considero importante que nós tenhamos, Sr. Presidente, num curtíssimo espaço de tempo, estabelecida uma política da revisão geral da remuneração. O resto do tempo do Partido o nosso Deputado RENO CARAMORI deseja ocupar, a quem transiro a palavra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado RENO CARAMORI, por até oito minutos e 40 segundos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, volto, hoje, assomar esta tribuna mais satisfeito, porque quando tratamos com pessoas bem intencionadas sentimo-nos mais felizes; quando buscamos incessantemente uma solução e encontramos-na naqueles que detêm o poder, ficamos satisfeito por podermos solucionar o problema.

Na quinta-feira passada à noite nós recebemos um telefonema urgente do Deputado Odacir Zonta para irmos a Brasília acompanhar os Deputados de Ponte Serrada, o Clodemar Ferreira, nosso amigo Nanico, o Evandro Bocalon, de Passos Maia, e o vice-Prefeito de Abelardo Luz e de Ouro Verde, juntamente com o Sr. Adelino Tozo, de Ponte Serrada, o qual havia praticamente conseguido a audiência com a Ministra. Como o assunto era correlato, nós unimos o útil ao agradável e fomos à Ministra. Quando chegamos lá a Ministra estava nos aguardando, juntamente com os Deputados Odacir Zonta e Cláudio Vignatti, do PT, de Chapecó - quero aqui, aliás, elogiar o trabalho, a preocupação e o interesse daquele Deputado da minha região -, com o Secretário de Biodiversidade, João Paulo Capoblanco, e também com o Sr. Vignol Shaeffer, que é o coordenador do núcleo da Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente.

O problema que fomos tratar lá, Sr. Presidente, é um assunto que estamos aqui discutindo praticamente há 30 dias. Enfim, estamos registrando, mostrando e alertando, insistentemente, a esta Casa sobre o grave problema das regiões de Ponte Serrada, de Água Doce, de Passos Maia e cidades e Municípios circunvizinhos como Irani, Ouro Verde e outros, os quais estão sujeitos a uma restrição em sua atividade agrícola, pecuária e do reflorestamento e, conseqüentemente, industrial.

Felizmente, a Ministra Marina Silva nos recebeu, escutou as nossas ponderações e examinou, rapidamente, toda a documentação que apresentamos, as quais foram levadas por este Deputado, mostrando as conseqüências na área empresarial, na área agrícola e na área pecuária, juntando com as ponderações muito bem posicionadas dos Prefeitos de Ponte Serrada, de Passos Maia e de Abelardo Luz.

Diante disso, nessa reunião rápida, com seus assessores já nominados e com a Ministra, chegamos ao entendimento de que a melhor saída para o impasse com referência à Portaria nº 508, para que não se prejudicasse ninguém e para que o meio ambiente e a intenção das ONGs, que trabalharam em cima desse projeto, também tivessem seus pontos

de vista respeitados, seria a seguinte: a Ministra nos posicionou que durante esta semana e até a próxima semana colocará no papel aquilo que acordamos verbalmente, ou seja, na reunião do núcleo da reserva de conservação federal poderá ser reposta toda a vegetação de pinos ou de eucalipto; nas áreas que já existem as essências exóticas poderão ser praticadas a agricultura e a pecuária, preservando aquilo que é de lei, que são as nascentes, os banhados, as florestas nativas, podendo ali ser plantada toda e qualquer atividade na área da agricultura, da pecuária e do reflorestamento. Ai, sim, se for questão de silvicultura, somente essências nativas, ou seja, araucária, canela, imbuia, bracinga e assim por diante.

Na área do contorno, que seriam aqueles 10 quilômetros em linha reta que contornam essa área núcleo, poderá ser ampliada a área de reflorestamento desde que em terra limpa, desde que seja feita reposição de árvores exóticas e desde que não se agrida a natureza dentro dos princípios legais, normativos a essa portaria e à Lei nº 9985 e também as diretrizes e as normas do Ibama.

Portanto, Srs. Deputados, fomos lá representando pela Bancada Federal, na figura do Deputado Odacir Zonta, do PPB, e do Deputado Cláudio Vignatti, do PT, que acompanhou toda a trajetória, que entende a questão porque conhece a região, que falou de cadeira e foi também um dos porta-vozes que mostrou a grande necessidade e a realidade da nossa região.

Este Deputado, que foi representando a Comissão, mesmo que ainda não esteja instalada... E aqui quero fazer uma cobrança ao Deputado Mário Mariani, Presidente da Comissão de Agricultura, e a todas as Bancadas sobre a indicação dos seus membros, para que o fórum seja instalado com a maior brevidade possível, porque o decreto foi votado nesta Casa e aprovado pela maioria dos Parlamentares.

Nós precisamos fazer com que esse fórum seja instalado urgentemente para dar acompanhamento a essa problemática. Aliás, a Ministra elogiou o trabalho e os esclarecimentos que levamos, porque ela também não é obrigada a conhecer tudo, mas foi sensível ao problema, até pela sua origem, foi uma mulher sofridora, que nasceu na roça, no seringal e que passou por um estágio na sua juventude, entendendo que em momento algum poderíamos penalizar os pequenos e médios produtores agrícolas, os assentamentos e muito menos os empresários que lá mantêm o seu quadro de funcionários com hoje praticamente num número de 10 mil. E dei o exemplo, na semana passada, das empresas que estariam prestando suas atividades se não houvesse esse acordo em Brasília, no Ministério da Agricultura.

Por isso, faço este registro, mais uma vez, cumprimentando a Ministra pela sua boa intenção, pela sua sensibilidade em entender a nossa posição, o nosso posicionamento mostrando que realmente a Portaria nº 508, se não fosse mudada em seu conceito estaria prejudicando uma região enorme em Santa Catarina e, conseqüentemente, a economia estadual e nacional.

Então, ela foi muito franca dizendo que revogação não era possível. Ela descartou a possibilidade da revogação da Medida Provisória nº 508. Mas dentro desse acordo que relatamos, ela concordou com a nossa proposição e entendeu que realmente é muito importante que se mantenha aqui a produtividade dessa região, respeitando cada vez mais o meio ambiente e tudo aquilo que a lei vem determinando não através da portaria, mas que já estavam respeitando.

É óbvio que existe na região alguém desrespeitando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Paulo Eccel, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham, teríamos muitos assuntos para discutir nesta tarde. Mas gostaria de dizer que, folheando os jornais, algumas notícias nos chamaram a atenção também no dia de hoje. A primeira delas:

(Passa a ler)

"Divida de pequeno produtor será renegociada". A medida deverá beneficiar 330 mil famílias em todos os Estados e, segundo a medida, os pequenos produtores terão até 15 anos para pagar a dívida com os juros de 3% ao ano e com o desconto de 30% sobre a parcela já paga.

A mesma nota ressalta que: "O Presidente Lula ressaltou, durante a assinatura da medida provisória, a maturidade da negociação feita pelo Congresso Nacional, o empenho do Núcleo Agrário do PT e a compreensão da Bancada de Oposição".

Outra notícia: "Reinicia exportação da carne suína para Rússia

A retomada das exportações de carne suína para a Rússia, anunciada pelo Ministério da Agricultura, deve reanimar a agroindústria catarinense, uma vez que Santa Catarina é responsável por mais de 70% das vendas externas do produto".

Outra notícia: "Proposta de reforma está pronta

O Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, afirmou ontem que o debate sobre a reforma tributária está concluído e que o texto da emenda constitucional será enviado nos próximos dias ao Presidente da República, a quem caberá decidir quando apresentar ao Congresso".

Aquilo que o Governo FHC e os seus aliados do PPB, do PFL demoraram oito anos para fazer nós, em 30 dias, deixamos pronto, porque fizemos aquilo que nenhum outro Presidente até hoje teve a capacidade de fazer, que é chamar os Governadores para conversar.

Sabemos que o grande entrave em qualquer reforma, especialmente na reforma tributária, é a falta de diálogo com os Governadores. E o nosso Presidente teve essa capacidade de chamar todos e de discutir especialmente a questão do ICMS, resolvendo definitivamente o grande entrave da reforma tributária.

Última notícia: "Lula anuncia salário mínimo de R\$240,00".

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não! Antes de comentar essa notícia, ouço V.Exa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Obrigada, nobre Deputado Paulo Eccel.

Pelo visto, como frisou o Deputado Joares Ponticelli, do PPB, e ele fez uma afirmação e V.Exa. está dando essas boas notícias, as coisas, assim frisou ele, estão mudando neste País.

Graças a Deus, Deputado, que chegou um Presidente que teve a coragem de fazer as reformas que todos esperavam.

Também quero lembrar, como disse Confúcio, quem se modera raramente se perde.

Então, essas modificações que estavam previstas ninguém teve coragem de fazer; foi preciso um nordestino, sem estudo, ter coragem de fazer essas modificações.

Também quero ressaltar, pois o Deputado Joares Ponticelli não me concedeu um aparte, que hoje é dia 1º de abril, Dia da Mentira, e foi S.Exa. quem mentiu da tribuna, porque o salário mínimo está R\$240,00.

A outra questão, é que o Governador Esperidião Amin teve condições, no ano passado, de implantar o salário mínimo regionalizado, mas não teve coragem de fazê-lo. E nós, do Partido dos Trabalhadores, há 90 dias no Poder, já estamos fazendo as transformações que a sociedade necessita.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Agradeço pelo seu aparte, Deputada Ana Paula Lima.

Quero lembrar que o aumento real do salário mínimo é de fato apenas 1,85%, mas o aumento, considerando a inflação, foi de 20%. Esqueceu, certamente, na hora do seu pronunciamento, o Deputado Joares Ponticelli, de anunciar isso ao povo de Santa Catarina, fazendo indução de que o aumento foi somente de R\$4,00.

Esqueceu também, o Deputado Joares Ponticelli, de dizer que o Orçamento entregue ao Governo Federal de transição, previa um reajuste de apenas R\$11,00. Mas, com a vontade política do novo Governo, pulou para R\$40,00.

É um aumento muito pequeno, pouco significativo mas, com certeza, é muito além daquilo que se o Governo anterior permanecesse no comando deste País, o povo brasileiro estaria experimentando neste momento.

O Sr. Deputado João Paulo Kleinübing - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado João Paulo Kleinübing - Quando V.Exa. disse que o Governo Lula hoje faz as reformas que ninguém teve coragem de fazer, é necessário lembrar o *mea culpa* que o Líder do PT no Senado fez há cerca de duas semanas, que as reformas, como a da Previdência, necessárias ao Brasil, estavam, sim, previstas na agenda do Governo anterior, mas infelizmente não foi possível aprová-las no Congresso em função da oposição ostensiva que o Partido dos Trabalhadores e outros faziam.

Isso é admitido pelo próprio Líder do Senado, hoje, que as propostas das reformas que estão sendo apresentadas (reesquentando, na verdade), são as mesmas que estavam em discussão há anos no Congresso, que não havia como aprová-las.

Defendia e defendo hoje as reformas, mas, infelizmente, o Partido dos Trabalhadores não as defendeu e hoje está se vendo constrangido em defendê-las.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Não há constrangimento nenhum da nossa parte defender as reformas! É bom lembrar a V.Exa. que o seu Partido apoiou até o seu final o Governo FHC, e se quisesse efetivamente, teria feito as reformas!

Na hora de aprovar a CPMF, ele conseguiu; na hora de aprovar o fim da CPI da Corrupção, ele também conseguiu; na hora de aprovar e reforma tributária, ele não conseguiu; na hora de aprovar a reforma previdenciária, ele não conseguiu. Não conseguiu porque não quis, porque não teve a habilidade de convocar os Partidos para o diálogo; não conseguiu porque, igual ao Sr. Esperidião Amin aqui em Santa Catarina, queria governar o País como se fosse piloto de uma nave! Um Presidente da República, um Governador, um Prefeito têm de estar aberto ao diálogo.

A nova forma de fazer política exige participação, diálogo, coisa que determinados políticos, muitos deles derrotados na última eleição, não tiveram a habilidade para fazer.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Gostaria de reforçar as palavras de V.Exa., porque ouvimos agora uma choradeira na Plenária.

Nas minhas andanças pela região, costume reunir lideranças, conversar, planejar mandato e ouvir os reclamos. E aqui vemos um festival de baboseiras, em alguns momentos. Parece que as pessoas não têm memória, porque estiveram nos Governos Federal e Estadual por oito anos, e vêm agora com cobranças absurdas, consideradas ao tempo em que estiveram lá e não conseguiram realizar.

Para se ter idéia, até complementando suas informações na questão da BR-101, sabemos que o Ministro assumiu o compromisso de dizer o resultado da licitação, se continuaria ou não aquele processo, mas nesse meio tempo aconteceram fatos novos que justificam a posição do Ministro. Uma delas foi a saída do banco japonês do financiamento da obra, e agora precisa buscar esses recursos no Banco Mundial.

O Ministro marcou uma audiência com o Coordenador do Fórum da BR-101, companheiro Jorge Boeira. E até as 17h de hoje vai sair a nota com a explicação oficial.

Fala-se muito e se esquece do passado! Essa obra na BR-101 está para continuar há muito tempo! Onde estão os discursos inflamados da época em que eram Governo e que tinham a responsabilidade de viabilizar esses acontecimentos?

S.Exas. têm a preocupação, Deputado Paulo Eccel, porque percebem que Lula está dando sinais de mudança neste País. A preocupação é que vão ficar muito tempo longe do Governo, e por isso a choradeira está batendo!

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Agradeço, Deputado Dionei Walter da Silva, pelo aparte.

Certamente, nós, do PT, não vamos precisar utilizar a recuperação do serviço taquígrafico para verificar a posição de certos Parlamentares até o ano passado e a que passaram a tomar a partir de agora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Wilson Vieira.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. Presidente, gostaria de ler um agradecimento em homenagem aos servidores da Casa, em função da sessão realizada ontem.

(Passa a ler)

"Quero manifestar os nossos sinceros agradecimentos pelo excelente trabalho desempenhado pelo pessoal dos departamentos envolvidos na organização da sessão solene em homenagem ao jornal A Notícia, ocorrida na noite de ontem.

Destaco, Sr. Presidente, o desempenho exemplar do Departamento Cerimonial, do Departamento Parlamentar e da Casa Militar, que enchem de orgulho os servidores desta Casa e contribuem muito para a melhoria da imagem do nosso Poder Legislativo.

A participação dos departamentos desta Casa foi decisiva para o sucesso do evento.

Nosso sincero obrigado, Sr. Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Fica registrado nos Anais desta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado João Rodrigues, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero cumprimentar, de forma especial, os Vereadores Laudino Bortolozo e Nestorino Comonello, do Município de Saltinho, que estão nos prestigiando no dia de hoje.

Por coincidência, Sr. Presidente, o Vereador Nestorino Comonello é integrado também do Frigorífico Chapecó, e me relatou em nosso gabinete a situação pela qual ele, juntamente com mais uma centena de avicultores ou agricultores, está vivendo, um momento de muita dificuldade.

Quero trazer aos Srs. Deputados e as Sras. Deputadas as notícias que temos colhido, ouvido, discutido e debatido com a liderança da nossa região.

Tenho por costume, Sr. Presidente, todas as quintas-feiras, quando retorno para o Oeste catarinense, de percorrer todas as microrregiões para discutir com a população e ouvir os maiores problemas para poder traduzir aqui neste Plenário o sentimento para os nobres Parlamentares, a fim de que possamos, juntos, somar forças, falar em nome de Santa Catarina e defendermos os interesses do nosso povo.

Ontem recebi uma informação que me deixou bastante aliviado, não só a mim como a 1.200 integrados do Frigorífico Chapecó, a 5.000 funcionários e a uma série de outras pessoas que vivem em torno daquele empreendimento.

Estou um pouco mais tranquilo porque está para sair hoje à tarde, Deputado João Paulo Kleinübing, o anúncio final do nome da empresa que deverá assumir ou fazer o arrendamento do Frigorífico Chapecó, um pouco tardio, é verdade, porque depois da morte de um milhão de frangos, como diz o ditado "antes tarde do que nunca".

Então, é bom que saia o anúncio, pois o nosso objetivo, desde o primeiro momento, foi trazer o problema aqui para esta Casa, assim como foi encaminhado por uma comitiva de Prefeitos aos órgãos competentes deste País.

É bom que se diga que a solução do problema compete ao Governo, ao BNDES. Não são os Deputados Onofre Santo Agostini, João Rodrigues ou Antônio Ceron que vão resolver o problema do Frigorífico Chapecó! Cabe às autoridades, que têm o poder nas mãos, buscar uma solução para o problema. E, pelo que me parece o anúncio deverá ser feito no dia de hoje.

A informação que recebi, Deputado Antônio Ceron, até por ironia do destino, é um dos grupos mais fortes que está para assumir o arrendamento do frigorífico. Mas o anúncio deverá ser feito oficialmente hoje. Tomara Deus que sim, apesar de ser 1º de abril. Tenho convicção que será verdade. Todos estamos torcendo por isso.

Não podemos transformar esse momento de sacrifício e de dificuldade do produtor rural em um palanque político ou um palanque para discutir o sexo dos anjos. Temos de transformar o momento para buscar uma solução para o mais sofrido, como o nosso Vereador Nestorino Comonello, que hoje pela manhã me relatou a dificuldade que vive no momento.

Quem está para assumir o Frigorífico Chapecó, segundo informações, é a empresa francesa Dryfus, o Grupo Coimbra aqui no Brasil. Tomara Deus que isso seja verdade e que o negócio se concretize. Mas o curioso, Deputado Antônio Ceron, é que é capital estrangeiro, tão questionado, criticado e menosprezado. É ele que deverá, Deputado Sérgio Godinho, salvar, tirar a alma do purgatório, essas pessoas que vivem em dificuldades.

Não interessa de onde seja o capital, pode ser da China ou da cochinchina, mas que aconteça a operação e resolva o problema do nosso produtor!

O curioso também, dizia isso na sessão passada, é que há 30 dias encaminhei uma moção, que foi aprovada por unanimidade, a ser enviada ao Presidente do BNDES, para os administradores do Grupo Macri, do Frigorífico Chapecó, pedindo uma solução para o problema. Na época, pedimos também que o BNDES tivesse um pouco mais de agilidade para salvar aquele avicultor, aquele produtor rural.

Estamos aguardando o anúncio definitivo para hoje. Se de fato ocorrer essa ação, se o grupo for francês, português, americano, não interessa, o importante é que aconteça a operação, e definitivamente se resolva o problema.

Até quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, porque na quinta-feira pela manhã, tão logo deixei o Plenário, este assunto voltou a ser abordado, por coincidência, e aí sem a nossa presença.

Gostaria de que quando for debatido assuntos dessa envergadura e que tenha a ver com o meu posicionamento, eu estivesse presente.

Os Deputados podem discordar, debater, discutir, não me importo em hipótese alguma, não fujo da raia e nem do debate, e terei humildade, na hora correta, de reconhecer um belo trabalho do meu opositor. Mas, na hora de cobrar uma ação do Governo, não tenham dúvidas, senhores, que estarei aqui com coragem e determinação, pois mais de 48 mil pessoas me outorgaram o direito de fazer a defesa em nome de um povo, em nome de uma região.

Na quinta-feira pela manhã, perguntaram alguns Parlamentares onde estava o Deputado João Rodrigues nesses 20 dias, o que fez e o que deixou de fazer pelo Frigorífico Chapecó.

Tive a oportunidade de, na última quarta-feira, relatar algumas das ações, mas quero reafirmar tudo aquilo e poderá ser meu testemunho o Deputado Pedro Baldissera, que está presente, pois participa da comissão permanente de acompanhamento da situação do Frigorífico Chapecó. Reunimo-nos aqui na Assembléia Legislativa em uma oportunidade, quando comuniquei aos presentes que estaria representando a comissão num evento na cidade de Chapecó, numa manifestação pública.

Também, senhores, o sindicato, quando precisou mandar o representante dos avicultores e suinocultores ao Rio de Janeiro para acompanhar uma negociação, não tinha dinheiro para pagar a passagem. Se não fosse uma ação pessoal, individual deste Deputado, o representante do sindicato não poderia estar sentado à mesa de negociação.

O Partido dos Trabalhadores, opositor ou adversário político (não inimigo) prega que em toda ou qualquer negociação o sindicato tem de estar sentado à mesa. Mas o sindicato só pôde sentar à mesa graças ao apoio que demos para que se deslocasse ao Rio de Janeiro!

Então, nós fizemos as nossas ações! Usamos o espaço para levar ao conhecimento dos catarinenses da terrível crise vivida na nossa região.

De repente, vejo o questionamento dos nobres Parlamentares para saber onde estava o Deputado João Rodrigues. Estava na mesma posição que o PT ficou durante esses 20 anos: cobrando uma vontade política e uma ação de Governo.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Na semana passada não tive oportunidade de apartear, mas a V.Exa. concedo o aparte, com toda a tranquilidade, para concordar ou discordar.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado João Rodrigues, quero esclarecer, porque ficou a impressão de que esperamos V.Exa sair para fazer o pronunciamento. Quero corrigir, porque estive em Brasília na quarta-feira tratando desse assunto, em audiência no BNDES, e o avião pousou aqui às 10h30min. Quando cheguei no Plenário, V.Exa. há tinha saído e fiz aquelas afirmações, que poderei fazê-las novamente com toda a tranquilidade.

Quero dizer que esse problema do Frigorífico Chapecó, V.Exa sabe que vem de longa data, e a posição que cobrei e cobro hoje de V.Exa. é de que também se interesse em saber o que foi feito com aqueles quase 198 milhões de dólares, aportados pelo BNDES no Grupo Macri, e o frigorífico continua na mesma situação!

Com certeza, a grande angústia do Presidente do BNDES é essa que V.Exa. levanta, de só ter uma proposta e de ser um grupo estrangeiro. A preocupação maior é estarmos criando um problema para o futuro, porque essa empresa é de grande porte mundial e pode amanhã ou depois estar concorrendo ou vindo a provocar um problema na Aurora, na Sadia, na Perdigoão, que o BNDES poderá, futuramente, aportar.

Então, o Presidente esperava, até ontem, mais propostas, inclusive de empresas nacionais, para não ter de optar pela empresa francesa. Mas, vindo essa, acho que é uma solução.

Quero dizer também que o PT, Deputado João Rodrigues, através do nosso Prefeito Pedro Uczai, o seu colega, o Prefeito de Pinhalzinho, e todos os Prefeitos da região, esteve empenhado, e muito, na solução. Concordo com o Prefeito Pedro Uczai, que não adianta ir lá nos colonos. V.Exa. sabe a situação, que é desesperadora, e temos de estar onde as coisas são decididas, que é no Rio de Janeiro e em Brasília.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Agradeço pelo aparte de V.Exa.

É importante que o nobre Deputado saiba que em momento algum questionamos neste Plenário a posição do Prefeito de Chapecó. É importante que S.Exa. saiba disso. Não questionamos, em momento algum, se o Prefeito foi inoperante ou não. O que cobrávamos, na época, era uma ação do Governo central.

Que bom que as notícias são alentadoras para o nosso povo da região. E aguardamos que realmente aconteça algo de concreto para diminuir o sofrimento da nossa gente.

Quanto à questão da caixa preta do grupo Macri, quero dizer ao Sr. Presidente que ela deve ser aberta. Agora, de que forma é que não se sabe. O grupo Macri é argentino, e conforme relata o Deputado Dionei Walter da Silva, é uma grande verdade, mais de 170 milhões de dólares foram pelo ralo, na época.

O momento é de tentarmos salvar a vida do produtor, do avicultor e do suinocultor. E em uma segunda oportunidade, aí sim, movermos todas as forças vivas deste País, o Governo Federal, para buscar algum recurso, se é que existe, vinculado ao Grupo Macri.

Senhoras e senhores, quero aproveitar esta oportunidade para trazer ao conhecimento desta Casa uma outra problemática vivida em Santa Catarina, e de uma forma especial a nossa região, pois não me cansarei de trazer os problemas lá do Oeste catarinense aqui para o Plenário. Estamos vivendo uma verdadeira sangria desatada, Deputado Joares Ponticelli, pela demarcação de áreas de terras supostamente indígenas.

Quero relatar a V.Exa. que na região Oeste catarinense, se o Ministro da Justiça der um canetaço, e está por dar, mas pelo que me parece está aguardando o momento certo, vai acabar com a produção agrícola do Estado de Santa Catarina, Deputado Onofre Santo Agostini!

Se porventura confirmar aquilo que está por acontecer, a produção agrícola do interior de Santa Catarina acaba. A cidade de Abelardo Luz, que tem uma grande produção de grãos, mais da metade daquele Município, seria área indígena. A região do Grande Araçá, envolvendo os Municípios de Saudades e Cunha Porã, também se torna uma região indígena. E assim outros pontos do interior de Santa Catarina.

Aqui nesta Casa, num passado recente, se não me falha a memória, pelo que tenho conhecimento, o ex-Deputado e hoje Prefeito de Chapecó, Pedro Uczai, levantou o assunto, parece-me que foi discutido sobre a questão indígena, da possibilidade do Governo do Estado indenizar áreas de terras, e assim sucessivamente.

Hoje, quero aqui pedir o apoio dos Srs. Deputados, porque na quinta-feira passada, Deputado Joares Ponticelli, a Fecam - Federação Catarinense dos Municípios - aprovou uma moção a se enviada ao excelentíssimo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, ao Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e o Deputado Carlito Merss, Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense.

No mesmo sentido encaminhei uma moção, que espero seja aprovada pela Casa, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo proposição do Deputado João Rodrigues, manifesta-se favoravelmente pela reapresentação de uma proposta de emenda à Constituição Federal que revitalize os termos consignados na PEC-409/2001, de autoria do então Deputado Hugo Biehl.

Desta forma proporcionar-se-á uma alteração no § 6º do art. 231 da Carta Magna Federal, que permitirá um dimensionamento na questão da ratificação das terras indígenas, sem que haja um prejuízo por parte dos pequenos produtores rurais que atualmente ocupam tais áreas".

Por que a referida moção? Ocorre que esses produtores rurais, Deputada Ana Paula, há mais de 50 anos compraram áreas de terras. Em muitas delas nunca teve um índio sequer habitando! Houve indígenas, sim, que por lá passaram, mas nunca habitaram.

Hoje, Deputado Onofre Santo Agostini, os agricultores já não moram mais em cima das suas terras. Alguns moram embaixo de uma lona, outros abandonaram o chiqueiro de porco, o aviário, a casa da alvenaria, que foram ocupadas por aldeias! Um dos casos mais típicos é na Sede Trentin, no Município de Chapecó. Na região do Araçá é uma verdadeira aberração, é a maior covardia que pode ser praticada na história deste País, se porventura for decretada área indígena. E, tememos pela vida do cidadão se isso ocorrer.

A sugestão é que seja alterada a Constituição Federal, como propôs na época o Deputado Federal Hugo Biehl. Dessa forma dá liberdade ao Governo Federal para indenizar esses produtores com novas áreas de terras, se porventura ocorrer a demarcação e a desapropriação.

De acordo com o que está em andamento no nosso País, todo e qualquer produtor rural que estiver habitando uma área supostamente indígena e ela for demarcada, recebe apenas a indenização da benfeitoria e não da terra existente.

Era essa a minha manifestação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvimos dos oradores que nos antecederam diversos pronunciamentos relatando o cumprimento de promessas de campanha sobre o aumento do salário mínimo. Chamou-me a atenção um fato, que vou relatar, com relação a um projeto de lei de origem governamental.

Sabemos que para se ter um salário é preciso ter um emprego. Para se ter empregos é necessário que se gere oportunidade de trabalho, através de incentivos por parte do Governo, também.

A nossa grande preocupação que temos trazido para esta Casa, juntamente com todos os Parlamentares e toda a classe política é, sem dúvida nenhuma, a geração de oportunidade de trabalho.

Vemos sempre o grande e o médio empresário buscar oportunidade de ampliar os seus negócios, as suas empresas, através de financiamentos no BRDE, BNDES, Bades, Finame e até do Prodec, como incentivos fiscais. Mas sempre vemos a pequena e a microempresa com poucas oportunidades de buscar o pequeno recurso para ampliar o seu negócio ou um pequeno montante para o pequeno capital de giro.

E o Governador Luiz Henrique está mandando para essa Casa um projeto que cria o Fundo de Apoio às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte.

Se relembrarmos, vemos que em outras oportunidades, em outros Governos, já tivemos a isenção do ICMS das microempresas; depois voltou a se taxar o ICMS nas pequenas empresas; novamente foram isentadas, mas nesse último Governo voltaram a ser taxadas novamente.

O compromisso de campanha do Governador Luiz Henrique, de que se eleito fosse, faria com que o ICMS das microempresas e das empresas de pequeno porte gerasse um fundo para oportunizar esses contribuintes a buscarem pequenos empréstimos para capital de giro, para investimentos.

Quantas e quantas vezes vimos pequenas e microempresas, que geram dois, três empregos, fecharem suas portas porque não conseguiram buscar um pequeno montante, de R\$3 mil, para capital de giro ou para comprar mais um equipamento necessário.

Através desse projeto de lei, acredito que vamos buscar solução para parte desses problemas, oportunizando aquele ICMS recolhido pela microempresa gerar um fundo, e que ela própria busque um pequeno financiamento, quando necessário, para manter seus empregados e um dia se tornar uma média ou grande empresa, e aí usufruir também desses outros canais de empréstimos, que aqui citamos.

Então, quando deu entrada esse projeto, vimos que com os 90% dos recursos do ICMS das microempresas, que vão para esse fundo, mais 25% das empresas de pequeno porte, vai gerar oportunidade para que se busque financiamento de acordo com o que contribui, multiplicado pelo número de funcionários e somado ao número de sócios.

É uma operação justa, uma operação que dá direito àqueles que contribuem, àqueles que geram empregos.

No momento em que se recorda compromissos de campanhas, há esse compromisso assumido pelo Governador Luiz Henrique, o qual temos de apoiar para oportunizar os pequenos também.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Romildo Titon, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Na verdade, é bem como V.Exa. colocou: vai ser constituído por 50% do ICMS das microempresas, enquadradas no Simples, e 20% do ICMS das pequenas empresas, a geração desse Fundo Pró-emprego.

É verdade que talvez no primeiro, no segundo e no terceiro mês o Governo do Estado não consiga atender a toda necessidade dos pequenos e microempresários de Santa Catarina. Mas isso é igual a uma bola de neve, vai crescendo, vai sendo reposto e no máximo dois anos acreditamos já conseguir atender a aproximadamente 50% da demanda, desses pequenos créditos.

Creio que é um avanço e uma demonstração de que o nosso Governador Luiz Henrique está muito coerente com as suas idéias de campanha. Aliás, não só coerente como está avançando muito mais, demonstrando, inclusive, Deputado Romildo Titon, como vimos ontem, quando estivemos em São Miguel do Oeste para a instalação da primeira Secretaria Regional de Desenvolvimento, lá na fronteira com a Argentina, presenciamos a satisfação de toda aquela gente, em que o Oeste, o Extremo Oeste, que até há pouco tempo era o quintal de Santa Catarina, hoje, segundo as palavras do Governador, é o umbral, a porta de entrada de Santa Catarina.

São gestos como o da descentralização, através das Secretarias Regionais, e também colocando recursos, poucos, é verdade, nesse primeiro momento porque haverá de aumentar gradativamente, nas mãos dos pequenos, daqueles que realmente precisam e que muitas vezes têm dificuldade de conseguir R\$1 mil, R\$500,00, R\$2 mil ou R\$ 3 mil necessários para qualquer pequena operação da sua empresa, que vemos a coerência.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, Deputado Rogério Mendonça.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Deputado Romildo Titon, também quero cumprimentar V.Exa., muito embora não conheça, na íntegra, o projeto que deu entrada na Casa nesses últimos dias. Mas acompanhamos pela imprensa, a intenção, na época, do Governador de encaminhar esse projeto de lei. E pelo conhecimento que tenho, é totalmente meritório.

Pode ter certeza V.Exa. de que a Bancada do PFL vai analisar com muito critério. E pelas informações que temos somos totalmente favoráveis a esse projeto.

Só quero retornar um pouco no tempo, porque na época em que foi aprovado o projeto do Simples, e éramos Secretário do Desenvolvimento e o Deputado Antônio Carlos Vieira Secretário da Fazenda, fizemos um amplo debate na sociedade de Santa Catarina, foi a pedido, embora o Líder do PMDB à época, Deputado Hemeus de Nadal, não concordasse, porque achava um absurdo que os empresários quisessem pagar impostos.

De fato os micro e os pequenos empresários quiseram a aprovação daquele projeto, só que há um pouco de incoerência, e aí discordo do Deputado Rogério Mendonça, de que à época a Bancada do PMDB foi contra aquele projeto. A incoerência seria neste momento, que houvesse um projeto sustando a cobrança dos microempresários, o que na minha opinião seria um retrocesso.

Quero cumprimentar o Governador por aproveitar um bom projeto e fazer um projeto melhor ainda para a sociedade de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Antônio Ceron.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Deputado, conheço o projeto e quero esclarecer que nós, Deputados, temos de ajudar o Executivo a corrigi-lo porque ele comete falhas, inclusive constitucionais, porque pela Constituição não pode vincular imposto a fundos. O imposto não pode ficar vinculado a fundo absolutamente algum.

Então, não tenho absolutamente nada contra, e é meritória a aplicação em termos de micro e pequena empresas. Mas, aprecio de corrigir, além de rever a Lei de Responsabilidade, através do art. 14, que tem de definir o que vai deixar de fazer despesa para cobrir a receita que vai ser colocada em outro lugar.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Acredito, Deputado Antônio Carlos Vieira, que o assunto começa a ser discutido nesta Casa, e é nosso dever procurar aperfeiçoar, corrigir as falhas existentes e colocá-lo realmente a serviço da sociedade, das micro e pequenas empresas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Eduardo Cherem, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CHEREM - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, vou ser bem sucinto.

Saúdo o Vereador de Porto Belo, José Serpa, presente nas galerias, amigo e companheiro de longa data.

Trago a esta tribuna dois assuntos de matérias jornalísticas do último final de semana. Um, diz respeito a uma nova novela de televisão, na qual uma personagem, pelo pouco que li, vai maltratar idosos. Numa entrevista, ela diz o seguinte: "No Brasil 15 mil idosos são agredidos por ano, mas eles têm medo de denunciar a família e acabarem num asilo". Essa é a realidade, hoje, neste País.

Seria bom, já que há a campanha da CNBB e a própria rede de televisão está se propondo a fazer uma matéria sobre a situação dos idosos, criar um mecanismo de proteção aos idosos.

Fiz um pronunciamento há uns 15 dias e o Deputado Celestino Secco, na semana passada, também falou sobre esse assunto, da necessidade de fazermos, mais do que nunca, alguma coisa não apenas para proteger o idoso de maus tratos, mas do constrangimento, da ressocialização no mercado de trabalho, na vida, como um todo.

Esse é o assunto que me trouxe a esta tribuna, por uma matéria jornalística, que desconhecia, e também pelo tema da novela, que é muito importante para a conscientização da necessidade de proteção ao idoso.

Outra matéria, é a respeito do jornal A Notícia, de domingo, que estava estampado o seguinte: "Colesterol em crianças preocupa".

Chamo atenção dos Srs. Deputados para a contradição neste País. Temos um País com milhares de miseráveis, que passam fome, de milhares de crianças que não têm acesso sequer a um prato de comida por dia, e ao mesmo tempo temos crianças obesas, até já está se tornando uma epidemia, pelo mau uso da alimentação e com a convivência de instituições públicas, que ao meu modesto modo de ver não estão fazendo nada para combater essa questão, da obesidade infantil.

Vejo serem comercializados produtos muito bem embalados, que supostamente contêm o valor nutricional, quando sabemos que, maldosamente, o produtor que vende esses malditos salgadinhos, por exemplo, coloca uma

informação errônea, que diz que o total do pacote de um salgadinho, de 100 miligramas, acompanha a quantidade de calorias, de colesterol e de vitaminas, que todos estão acostumados a ver, quer dizer, se conseguirem ler, pelo tamanho das letras.

E lá diz que a cada 10 miligramas há 50 de colesterol. Só que é tão pequeno que induz à propaganda enganosa porque as pessoas não conseguem fazer o cálculo, ou seja, em um pacote de 100 gramas, cada 10 miligramas tem 50 de colesterol. Então, naquele pacotinho tem 500 gramas de colesterol. E um adulto precisa em torno 2 mil a 2.500 de calorias para ter uma vida saudável. Então, vejam onde está a enganação desse pacote de salgadinho.

Vejo com alegria a lei apresentada pelo Deputado Jorginho Mello há um ano nesta Casa e da importância da fiscalização, porque temos todas as condições de fazer isso.

Uma excelente refeição, com feijão, batata, arroz e bife rolê, tem a quantidade de 475 calorias, e é uma refeição digna e decente, enquanto um mísero pacote de salgadinho, que não dá vitamina para ninguém, tem muito mais calorias.

Por isso a manifestação para que V.Exas. acordem para esse problema. Hoje, nos Estados Unidos, é uma epidemia a obesidade em jovens. E agora o nosso País está partindo para essa epidemia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

Com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Godinho, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna no dia de hoje, é sobre a retrospectiva desses dias que estou na Assembléia.

Muitas vezes fico aqui perdido, atônito e perplexo em ver tanta discussão, com respeito aos Deputados mais antigos, falando mal do Bush, dos Estados Unidos e do Governo Federal. Parece que vão resolver o problema da guerra, do Governo Federal. Tempo perdido, Deputado Genésio Goulart! Muita discussão, muito debate político! E aqui no Estado de Santa Catarina temos problemas graves, que talvez levaria a semana toda para falar.

Em cada lugar que vamos, constatamos os problemas do nosso Estado. Hoje, por exemplo, fui ao Hospital Joana de Gusmão visitar o setor de ortopedia e verifiquei a dificuldade de trabalho. E como Deputado quero lutar para que esses problemas sejam resolvidos, buscar a solução para esses problemas.

Só para ter idéia, uma criança ia ser operada, mas não foi porque não tinha equipamentos para a cirurgia; uma outra criança precisava ser engessada, mas não tinha gesso daquela largura. Vejam só o quanto poderíamos trabalhar e quanto assunto teríamos para defender e resolver aqui no nosso Estado.

Gostaria de voltar um pouco atrás e dizer que essa é a minha luta para resolver os problemas da saúde, da educação, da segurança pública.

Parabenizo o Secretário João Henrique Blasi pelo brilhante trabalho que tem iniciado, subindo os morros, enfrentando de frente a criminalidade.

Não posso deixar de falar sobre a notícia que traz o jornal Diário Catarinense de hoje.

(Passa a ler)

"A estudante Fernanda Basílio Lopes, de seis anos, foi encontrada morta no Balneário de Itajuba, em Barra Velha, a 500m da sua casa onde foi assassinada."

Então, temos problemas seríssimos no nosso Estado nas áreas de segurança, da educação e da saúde, com hospitais sem diretores e sem remédios.

Estou fazendo a minha parte e comecei pela Casan. Tenho aqui um documento contendo um levantamento das dívidas daquela empresa. E o Presidente da Casan virá aqui, esta semana, prestar esclarecimentos sobre isso.

O que mais me preocupa é que são oitocentas ações trabalhistas, Deputado Genésio Goulart, ou seja, R\$350 milhões! E o Hospital Joana de Gusmão não tem dinheiro para comprar uma tala para colocar no braço ou na perna de uma criança; não tem uma haste apropriada! E já presenciei um médico serrar uma haste para colocar no fêmur de uma criança - isso num hospital de referência do Estado de Santa Catarina.

Então, temos muito no que trabalhar e queremos dizer que é relevante a preocupação com a guerra e com o Governo Lula. Tudo é fundamental, mas o nosso Estado tem milhares e milhares de problemas e poderíamos gastar horas se nos uníssemos não tanto para fazer politicagem ou coisa parecida, mas para resolvermos o problema das crianças que estão morrendo, devido às dificuldades nos hospitais, e ficando à mercê da sorte, porque não têm estrutura e dinheiro.

Portanto, esse é um desabafo que faço e, ao mesmo tempo, é uma diretriz do meu trabalho, ou seja, buscar resolver esses problemas não só da Capital, mas do Estado de Santa Catarina.

Se na Capital encontramos isso, a minha Região Serrana, que é carente - Lages é uma região pólo da Saúde -, não fica por menos. Lá a Saúde é uma vergonha. O tratamento com a saúde das crianças e dos idosos, a dificuldade para marcar uma consulta... E há pouco conversava com um grande amigo meu, que comentava que a sua esposa, que está doente, marcou um exame para só daqui a seis meses.

Então, a Saúde é uma vergonha e deveríamos, Deputado Dionei Walter da Silva, nos unir para cobrar e fiscalizar. E vamos fiscalizar como fizemos hoje: fomos ao Hospital Joana de Gusmão e constatamos que parece uma guerra a dificuldade para se encontrar os equipamentos naquele hospital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça deferiu a realização da vistoria no Distrito Balneário Rincão, a ser desmembrado do Município de Seara.

Comunica, outrossim, que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações nºs: 69/2003 e 70/2003, de autoria do Deputado Reno Caramori; 71/2003, de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça; 72/2003, de autoria do Sr. Deputado Celestino Secco; 73/2003, de autoria do Deputado Julio Garcia e Ronaldo Benedet; e 74/2003, de autoria do Deputado Eduardo Cherem.

Sobre a mesa, pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Sr. Governador do Estado, contendo quesitos a respeito do bloqueio dos repasses constitucionais federais ao Governo do Estado nos meses de janeiro e fevereiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando acesso aos seguintes sistemas da Ciasc: Acompanhamento e Execução Orçamentária - AEORC - e Acompanhamento das Ações Governamentais - AAG.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviado ao Governador do Estado e ao Secretário da Educação e Inovação, Sr. Jacó Anderle, contento quesitos referentes à razão do não-início da construção da quadra de esportes coberta na Escola Básica Major Otacílio Couto, em Campo Belo do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Celestino Secco, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos a respeito das providências adotadas para a revisão anual da remuneração dos servidores públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Celestino Secco, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Ponte Alta do Norte, felicitando-o pela passagem do aniversário de fundação do referido Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário da Infra-estrutura, pedindo que sejam tomadas medidas para construção e/ou recuperação da balsa na localidade de Machados, no Município de Campo Belo do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura e aos Deputados e Senadores de Santa Catarina com assento no Congresso Nacional, pedindo medidas urgentes para a liberação do Pronaf/Infra-estrutura para o Município de Timbó Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Celesc, pedindo a implantação de redes de energia elétrica a 29 famílias residentes nas localidades de Dela Costa e Fita Campobelense, em Campo Belo do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Deputados e Senadores de Santa Catarina com assento no Congresso Nacional, pedindo a apresentação de emenda à Medida Provisória nº 113, de 26/03/2003, no sentido de que a soja geneticamente modificada seja somente destinada à exportação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, sobre esse tema já me pronunciei na tribuna no dia de hoje. Trata-se da medida provisória que o Governo Federal baixou que autoriza a comercialização de produtos transgênicos da safra que está para ser vendida e escoada agora.

Compreendo a sua motivação, mas ainda assim quero me manifestar dizendo que essa safra não deve ser comercializada nem para o mercado interno nem para o externo. O correto, Sr. Presidente, no meu modo de entender, seria incinerar toda a produção de soja transgênica produzida na ilegalidade, na clandestinidade.

Se V.Exa. fizesse uma moção ao Governo Federal com esse conteúdo, eu estaria acompanhando. Agora, sugerindo que essa produção seja feita... Por mais que eu entenda que governos do exterior já incorporaram os transgênicos na comercialização das suas mercadorias, creio que o Brasil não deve pactuar com esse processo.

Então, vai aqui a minha manifestação contrária, compreendendo a sua motivação, que é preservar a saúde dos brasileiros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com voto contrário do

Deputado Afrânio Boppré.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Deputados e Senadores de Santa Catarina com assento no Congresso Nacional, pedindo benefícios do Governo Federal e do BNDES para produtores rurais e pequenas empresas que operam no ramo laticínio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Ceron, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro das Comunicações, pedindo informações referentes ao sistema de telefonia celular em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Ceron, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo que interceda junto ao Ministro das Comunicações para que os recursos arrecadados pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST -, sejam aplicados no Estado na ampliação dos Municípios atendidos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário Estadual da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, manifestando preocupação diante da progressiva redução do quadro de pessoal do Corpo de Bombeiros de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. Deputados, a Presidência dá conhecimento da pauta da Ordem do Dia da sessão de amanhã: discussão e votação das Mensagens nºs: 010/2003, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 023/1999; 02015/2002, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 082/2001; 02019/2002, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 086/2002; e 02024/2002, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei nº 021/2000.

Todas essas mensagens de veto serão apreciadas amanhã, conforme ficou acordado pelos Líderes na última sessão de quarta-feira, Deputado Manoel Mota. Por isso, fazemos um apelo aos Srs. Deputados para que compareçam na sessão de amanhã!

Lembramos aos Srs. Deputados que ao final desta sessão haverá uma outra, especial, com a finalidade de ouvirmos o Secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa. Portanto, ficam desde já convocados os Srs. Deputados para a sessão especial.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Antônio Ceron, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e nobres Srs. Deputados, vou utilizar esse espaço para fazer um pequeno comentário a respeito de dois requerimentos que acabaram de ser aprovados aqui no Plenário.

O primeiro deles foi, através de sua mensagem telegráfica, encaminhado ao Ministro das Comunicações, Sr. Miro Teixeira, e o segundo ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, o nobre Deputado Federal Carlito Merss.

Na realidade, o assunto que levantamos aqui hoje é a respeito da telefonia celular, principalmente nos pequenos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Quem de nós, Deputado Manoel Mota, quando chegamos a um Município, já não foi indagado, Deputado Genésio Goulart, sobre a telefonia celular, muito embora tenha havido um crescimento extraordinário desde 1998 para cá, quando aconteceu a privatização.

Mas, infelizmente, temos hoje, Deputado Rogério Mendonça, 177 Municípios do Estado que não são servidos pela telefonia celular. E o que é pior, Deputado Romildo Titon, é que as perspectivas são muito tímidas quanto à hipótese de que esses Municípios sejam contemplados com esse importante serviço que é indispensável nos dias de hoje. E isso por quê? Evidentemente por serem empresas privadas, elas têm o compromisso com o resultado.

Mas em 1998, quando foi feita a privatização, o Governo foi inteligente e aprovou, na época, a Lei nº 9.998, Deputado Altair Guidi, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Qual era o objetivo deste Fundo? Exatamente proporcionar condições para que o serviço de telefonia celular no nosso País fosse ampliado o máximo possível.

E o questionamento que fazemos hoje é porque desde a edição dessa lei, em agosto de 2001, até o presente momento nenhum centavo desse Fundo, Deputado Celestino Secco, foi aplicado, pelo que sabemos, no Estado de Santa Catarina.

Então, solicitamos informações ao Ministro Miro Teixeira - e pedimos o apoio ao Fórum Parlamentar Catarinense nessa causa que é muito importante - sobre quantos recursos Santa Catarina já recolheu para esse Fundo; sobre quanto foi aplicado no Estado de Santa Catarina - a informação que temos é de foi zero, que não foi aplicado nada -; e sobre o plano de aplicação desse Fundo para Santa Catarina.

A informação que temos, extra-oficial, é de que no ano de 2002 as empresas TIM Celular e Brasil Telecom, que são as duas que estão operando no mercado de Santa Catarina com telefonia celular, recolheram para esse Fundo mais de R\$5 milhões. Cada antena de retransmissão de celular custa, em média, R\$500 mil. O que dá para entender? Se aqueles recursos que Santa Catarina recolheu ao Fundo fossem aplicados no Estado, só no ano passado teríamos mais 10 Municípios contemplados com esse serviço que reputamos imprescindível para qualquer atividade nos dias de hoje.

Então, agradecemos a cada Deputado pelo apoio dado na aprovação desses requerimentos. E vamos ficar no aguardo das respostas tanto do Ministério quanto da participação do nosso Fórum, porque entendemos que, dependendo da resposta, haveremos de criar aqui na Assembléia Legislativa mecanismos que obriguem que os recursos recolhidos do contribuinte, do usuário de Santa Catarina, sejam reinvestidos aqui em Santa Catarina. Esse, aliás, foi o princípio da lei. Mas já estamos cansados de ver leis em quantidade e, na realidade, não serem praticadas.

Por isso, pedimos o apoio de toda a Assembléia Legislativa para que possamos trazer para Santa Catarina uma resposta para essa questão.

A cada fim de semana, quando vamos às localidades da nossa região, Deputados Onofre Santo Agostini, Sérgio Godinho e Romildo Titon, vemos que somente os Municípios de Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto e São Joaquim têm telefonia celular, e que os outros 20 Municípios não têm! E não vão ter também dentro dos próximos 10 anos, se não houver a aplicação desses recursos do Fundo criado pela Lei nº 9.998, aqui no Estado.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Parabenizo V.Exa. pelo seu requerimento. Com toda certeza, estaremos juntos porque acompanhamos em todo o Estado a necessidade muito grande da telefonia celular, como também da telefonia para os pequenos agricultores das pequenas comunidades.

Quero deixar claro também que a Brasil Telecom tem tido muita boa vontade. Por diversas vezes tenho procurado a Brasil Telecom, juntamente com lideranças de comunidades do interior. No ano passado, estivemos lá com um grupo de agricultores da comunidade de Bela Vista, no Município de Ituporanga, e já estamos vendo a implantação da telefonia rural naquela comunidade.

Mas, com toda certeza, V.Exa. tem toda razão e temos que, juntos, brigarmos para que a telefonia esteja presente e disponível a todos os cidadãos catarinenses.

Se V.Exa. me permite, Deputado Antônio Ceron, quero fazer uma ressalva com relação ao que o Deputado Onofre Santo Agostini colocou. Ele disse que a participação do Secretário da Agricultura, Moacir Sopesla, na sessão especial seria às 19h. Na verdade, o Secretário estará aqui às 17h, praticamente após o término desta sessão, para falar sobre o Mal de Aujeszky, a exportação da carne suína catarinense para a Rússia e sobre outras questões de interesse da agricultura catarinense.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Agradeço, Deputado Rogério Mendonça.

Também queremos registrar que sempre que procuramos tanto a Brasil Telecom quanto a Tim Celular fomos muito bem atendidos. Não fizemos aqui nenhuma crítica a essas duas empresas que exploram esse serviço, pois elas até estão dando condições para que haja aplicação no Estado. Na verdade, o que queremos é trazer esse dinheiro de Brasília para cá para poder viabilizar a telefonia celular, principalmente nas cidades de pequeno e médio portes do nosso Estado.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Deputado, tão logo eu me elegei, fiz uma maratona pela região da Amures que V.Exa. citou e constatei que a dificuldade de telefonia é violenta. Dos 18 Municípios da Amures, apenas cinco pegam o celular.

Então, fizemos um pedido à Tim Celular e vieram ao nosso gabinete alguns dos seus diretores e deram-nos a informação que V.Exa. citou, ou seja, que teremos de recorrer ao Fundo.

Portanto, queremos nos aliar a V.Exa. - e estamos preocupados, bem como todos os demais Deputados aqui - porque não podemos ficar sem telefone celular, até por questões de segurança e de emergência.

Quando fizemos esse trabalho, constatamos a dificuldade de se conseguir o telefone para os Municípios com até 2 mil habitantes. Então, só através do Fundo é que podem dar o retorno para o investimento dessas empresas privadas.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Deputado, concordo plenamente e faço questão de que também subscreva esses requerimentos.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Pois não!

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Deputado, quero parabenizar V.Exa. pelo seu pronunciamento com relação a essa questão da telefonia celular.

No mandato passado, fui um dos Deputados que mais fez requerimentos nesse sentido para a minha região e regiões que visitava, para os Municípios menores desprovidos dessa tão necessária comunicação hoje, que é a telefonia celular, e da qual acabamos ficando todos ficando dependentes.

Estive recentemente no Rio Grande Sul e pude constatar que de Porto Alegre a Uruguiana é raro o ponto em que não se tem comunicação de celular. Quer dizer, esse é um exemplo de que lá no Rio Grande do Sul deu para fazer. Então, por que aqui não investiram?

O ex-Deputado e hoje Presidente da Casan, Walmore de Lucca, quanto foi Presidente da Telesc em Santa Catarina, implantou mais de 80% da telefonia celular que está implantada hoje. E logo foi privatizada - e esse é um questionamento que faço -, não houve mais investimentos.

Quem só quer ficar com o filé *mignon*, tem de ficar um pouquinho com a carne de peçoço. Então, aqueles que têm a concessão, que são a Tim Telesc Celular e a Global, que façam os investimentos, que, apesar de mais demorados, vão ter os seus retornos.

V.Exa. está com razão, é nessa linha que temos de agir!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Muito obrigado, Deputado Ronaldo Benedet.

Mas, para informação, gostaria de dizer que uma das empresas concessionárias, em 1998, tinha 248 mil usuários no Estado. Agora, no final de 2002, estava com 750 mil usuários. Houve um crescimento incontestável.

Por isso, repetimos o que dissemos no início do pronunciamento: não temos nada contra o crescimento. Mas agora chegou, para que essas cidades tenham esse benefício, há necessidade do investimento, aqui em Santa Catarina, desses recursos desse Fundo criado pela Lei nº 9.998.

Esse era o assunto que queria trazer a esta Casa e agradeço novamente a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas pelo apoio a essa iniciativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A Mesa gostaria de fazer uma correção: o Deputado Onofre Santo Agostini cometeu um equívoco ao dizer que a sessão especial, com a presença do Secretário da Agricultura, seria às 19h. Ela será realizada logo após o término desta sessão.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Altair Guidi, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje venho falar de um assunto muito sério para a minha região, a Bacia Carbonífera.

(Passa a ler)

"No início do mês de março, o jornal Diário Catarinense de Florianópolis publicou uma série de matérias sobre o carvão mineral de Santa Catarina.

Do ponto de vista jornalístico, considero aquela matéria exemplar. Foram abordados os aspectos históricos; a contribuição do carvão catarinense nos momentos da crise energética nacional; o dia-a-dia dos mineiros; a degradação ambiental causada pela irracional exploração do carvão; a contribuição do setor carbonífero à expansão das oportunidades educacionais da região através da SATC - Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão -, que hoje atende a 5.200 alunos; as dificuldades atuais do setor e as perspectivas da região com relação ao seu grande sonho, já quase centenário: o racional aproveitamento do carvão de Santa Catarina.

A história do carvão em Santa Catarina é uma sucessão de altos e baixos, na qual prevaleceu sempre - e única e exclusivamente - a vontade do Governo Federal, independentemente que tal vontade sacrificasse empregos e renda, ou mesmo o meio ambiente natural da região Sul.

Ao longo de 100 anos, o carvão viveu de sobressaltos, sem uma política permanente que garantisse empregos, o retorno dos investimentos feitos na abertura e na modernização das minas e a recomposição ambiental.

No momento está em discussão o volume de carvão a ser fornecido para a Usina Jorge Lacerda, de Capivari de Baixo, pelas mineradoras da região Sul. Do volume a ser fornecido, dependerão os empregos da região carbonífera e a renda a ser gerada para todos os catarinenses.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas, realizado em 1999, concluiu que de cada R\$100,00 gerados pela produção do carvão, são gerados também outros R\$388,00 nas demais atividades econômicas daí decorrentes. E para cada emprego direto criado na produção de carvão, são criados mais oito nos demais segmentos econômicos.

O complexo Jorge Lacerda, de Capivari de Baixo, tem uma capacidade de geração de 857 megawatts de energia. Operando a essa capacidade, haveria um consumo de carvão da ordem de 308 mil toneladas/mês. Mas no período de 1997 a 2002, a média mensal de consumo foi de apenas 212 mil toneladas/mês.

Em 1998, com o novo modelo do setor elétrico em implantação, foi realizada a privatização da Eletrosul e, conseqüentemente, do complexo Jorge Lacerda. É de se ressaltar que a Eletrosul foi a única empresa regional de geração de energia elétrica que foi privatizada.

Com a privatização da Eletrosul, ficou estabelecido que a compra mínima de carvão seria reduzida, a partir de 2002, em 25% ao ano até sua extinção, em 2006. Com efeito, até o final de 2002, as entregas de carvão para o complexo Jorge Lacerda situaram-se ao redor das 200 mil toneladas/mês. Encerrado o contrato, veio a surpresa: a compra de carvão foi suspensa. A muito custo, foi obtida uma proposta temporária de fornecimento de apenas 163 mil toneladas/mês para vigorar durante 90 dias, até 31 de março do corrente.

Para superar o atual quadro de dificuldades, tanto as mineradoras quanto os sindicatos dos trabalhadores estão empenhados em garantir duas situações: a primeira, é a garantia de fornecimento de carvão para a Jorge Lacerda, num volume ao redor de 200 mil toneladas/mês, no período de abril a dezembro deste ano. A segunda, é a definição de uma política mais concreta e conseqüente para o nosso carvão mineral, a partir de 2004.

A futura política para o carvão mineral precisa partir de uma premissa básica: a perenidade no fornecimento de carvão para a geração de energia elétrica. E é nesse contexto que se inserem duas iniciativas: a primeira, o fornecimento de carvão para a Usina Jorge Lacerda, de Capivari de Baixo, em volume ao redor de 200 mil toneladas/mês; e a segunda, a implantação da Usitec - Usina Termelétrica Sul Catarinense -, uma iniciativa dos mineradores da região que tem como objetivo a implantação de uma unidade industrial com capacidade de geração de 400 megawatts de energia elétrica e 307 mil toneladas/ano de sulfato de amônia, insumo básico para a produção de fertilizantes, atualmente importados.

A Usitec não é apenas uma solução para o consumo de carvão. Ela é também uma solução ambiental, porque aproveita como combustível uma parte dos rejeitos peritosos que hoje degradam o meio ambiente de toda a região carbonífera. Uma vez em operação, a usina consumirá cerca de 2,5 milhões de toneladas de carvão por ano e ao redor de 500 mil toneladas/ano de rejeitos peritosos.

Trata-se, portanto, de uma planta industrial da mais extrema importância para a região Sul de Santa Catarina. Primeiro, porque consumirá exclusivamente matérias-primas locais; segundo, porque contribuirá para a limpeza do meio ambiente, consumindo aqueles milhões e milhões de toneladas de rejeitos peritosos que hoje poluem o meio ambiente; terceiro, porque, localizada 'na boca da minha', dispensará o transporte do carvão, sem o menor risco de degradar o meio ambiente; quarto, porque irá gerar energia mais do que suficiente para atender à demanda regional; quinto, porque produzirá sulfato de amônia, um insumo atualmente importado; e sexto, porque, pelo consumo de carvão, terá condições de dobrar o atual quadro de mão-de-obra vinculado ao setor.

Com tantas vantagens, por que essa usina não sai do papel? Eis a questão básica: ela não sai do papel porque os interesses de Santa Catarina não são considerados perante o Governo Federal. Isso não é de agora. É histórico o desleixo com que a União trata os interesses de Santa Catarina.

Há pouco menos de dois anos, o Brasil se viu às voltas com o racionamento de energia durante o período que ficou conhecido como Apagão. Naquela oportunidade, Santa Catarina e os demais Estados da região Sul ficaram excluídos do racionamento porque, além de não terem sido afetados pelas estiagens, tinham a Usina Jorge Lacerda gerando mais de 800 megawatts para suprir as suas demandas. E só não contribuíram para resolver parte dos problemas da região Sudeste, por falta de linhas de transmissão para levar a sua energia para aquela região.

As conseqüências do apagão são por demais conhecidas. O Brasil gerou menos riquezas, os consumidores foram penalizados, inclusive financeiramente, por eventuais consumos superiores às médias anteriores.

Passado o apagão, veio a grande surpresa: todos os consumidores estão sendo penalizados com o pagamento do 'seguro apagão', que nada mais é do que uma penalização pelo fato de termos consumido menos energia.

Vejam a ironia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: durante a crise, fomos penalizados porque consumimos mais. Passada a crise, consumimos menos.

Mais do que nunca, é necessário que toda Santa Catarina se una em torno da sua mais expressiva riqueza mineral. O racional aproveitamento do carvão de Santa Catarina não é um assunto que interessa apenas aos mineradores ou aos mineiros da região carbonífera. É um assunto estratégico para Santa Catarina porque, através dele, será possível ampliar, em muito, as oportunidades de geração de trabalho, de renda e de riquezas para toda sociedade catarinense.

Para solucionar em definitivo a questão do carvão catarinense, é necessário apenas que o Governo Federal ajuste mecanismos que possibilitem aos geradores de energia térmica, a exemplo da Tractebel e da futura Usitec, terem sua energia comercializada sem desequilíbrios econômicos e financeiros.

O desenvolvimento sustentável da região Sul de Santa Catarina passa, necessariamente, pelo desenvolvimento sustentável da atividade carbonífera. Enquanto isso não ocorrer, continuaremos aos sobressaltos, sem segurança

para os empregos e nem garantias econômicas para os investimentos que se fazem necessários.

Essa é a história do nosso carvão!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Rodrigues.

(Pausa)

Na ausência do Deputado João Rodrigues, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de volta a esta tribuna gostaríamos, inicialmente, de trazer a notícia, depois de muito trabalho e determinação por parte do Prefeito de Chapecó, Pedro Uczai, juntamente com as diferentes lideranças políticas e sociais daquela região, que daqui a pouco teremos, por parte do BNDES, a resposta definitiva com relação ao arrendamento da Chapecó Alimentos.

É claro que em diferentes situações e momentos tenho colocado-me sempre em defesa dos agricultores. Em nenhum momento que tenho assumido a esta tribuna tenho me posicionado em defesa pura e simplesmente da Chapecó Alimentos. Pelo contrário, por mais de um momento tenho levantado a necessidade profunda de se fazer uma investigação séria em torno da aplicação dos recursos advindos das instituições financeiras e, de maneira muito especial, do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador - investido naquela empresa, mais de US\$190 milhões, dinheiro do trabalhador e, além disso, dinheiro público!

Não posso, depois de cinco anos como Prefeito e tendo feito um trabalho exemplar e transparente na questão da aplicação do recurso público, vir à tribuna para dizer que dinheiro público deve ser investido em iniciativas privadas.

Eu, enquanto Prefeito ou Parlamentar, necessariamente tenho de me contrapor a esse discurso. Não posso concordar que o dinheiro público advindo do trabalho, do suor dos trabalhadores seja aplicado em iniciativas particulares.

Agora, assumamos à tribuna para defender, sim, os nossos trabalhadores e integrados para que possam ter uma vida digna e, ao mesmo tempo, também participar dos lucros da própria empresa.

Temos dito aqui nesta Casa que precisamos investigar a aplicação dos recursos. E é exatamente isso que estamos propondo nesta Casa e também no Fórum Parlamentar: a constituição de uma Comissão para investigar a aplicação dos recursos públicos que o BNDES tem feito à Chapecó Alimentos.

Essa é uma questão de seriedade do nosso Parlamento, é uma questão de transparência, já que os nossos eleitores confiaram-nos o seu voto para que nós aqui os representássemos em todos os momentos e situações de suas vidas.

Nesse sentido, faço a interpelação para que os Srs. Deputados também possam, nesse processo e nessa caminhada, ser grandes parceiros e mostrarem às claras a real situação da Chapecó Alimentos.

Voltamos a reafirmar que agora, às 18h, teremos a definição por parte do próprio BNDES, confirmando, quase que com certeza absoluta, como o nosso Deputado João Rodrigues já disse, a empresa Dryfus, o Grupo Coimbra para dar continuidade ao trabalho e ao atendimento aos nossos agricultores da região de Chapecó e Municípios vizinhos.

Mas vim também a esta tribuna para realçar a Medida Provisória nº 114, do Governo Lula, a qual o nobre Deputado Paulo Eccel fez alusão há pouco.

Essa medida provisória, Srs. Deputados, vem confirmar para que Lula veio e qual a direção do mandato do nosso Presidente da República. Temos plena convicção de que a mudança das prioridades começarão a acontecer na sociedade, a qual pertencemos e fazemos parte.

O Governo Lula começa a inverter. Antes tínhamos uma Bancada ruralista que debatia o encontro para que seus interesses fossem privilegiados na própria legislação e nas ações do Governo Federal. Hoje, o nosso Presidente se antecipa ao próprio vencimento das dívidas dos nossos agricultores familiares e, através dessa medida, contemplará em torno de 350 mil pequenas propriedades agrícolas.

Aí começamos a entender a razão de o Governo Lula. Por que Lula veio? Por que o povo quis Lula para Governar e dirigir esta nossa Nação? Por aí começamos a entender e a compreender: um homem que vem das margens da sociedade, que vem do processo de exclusão, no entanto é alta e totalmente confiado e acreditado pela grande maioria da nossa Nação e mostra, através de pequenas ações, a inversão das prioridades.

Agora aqueles, Deputado Francisco de Assis, que até então eram excluídos do processo de construção de uma sociedade mais justa e fraterna, hoje são incluídos, através da própria legislação.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Deputado Pedro Baldissera, quero parabenizá-lo por essa linha de raciocínio de mostrar à sociedade brasileira o porquê deste novo Governo, o porquê desses novos tempos, dessa nova realidade e da esperança que o povo brasileiro depositou num metalúrgico.

Em tempos passados - e recentes ao mesmo tempo -, os pequenos agricultores precisavam fazer fila, bater na porta e a ir a Brasília em caravanas implorar, pedir pelo amor de Deus que alguém olhasse por eles. E hoje, como V.Exa. bem ressaltou aqui, o Presidente, vendo o clamor desse povo e sabendo das dificuldades que se tem neste País de o pequeno sobreviver, toma a iniciativa e apresenta essa proposta.

Quero apenas enaltecer o seu discurso e parabenizá-lo por trazer a esta Casa esse assunto e, através da TVAL, por levar aos lares dos catarinenses informações que até bem pouco tempo não tinham. E hoje, graças a essa nova ação do Governo, os pequenos agricultores podem sobreviver de maneira mais digna.

Parabéns pelas suas palavras!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Agradeço, Deputado Francisco de Assis, pela sua contribuição que, sem dúvida alguma, vem enriquecer o debate nesta Casa.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Pedro Baldissera, é uma medida concreta e efetiva que vai fazer com que o nosso pequeno produtor rural possa se reestruturar, manter a sua família e permanecer na comunidade, no Município, na sua própria região.

Todos trabalhamos para que de fato se possa fazer com que o êxodo e seus malefícios fiquem longe da pequena propriedade. E

esse é um passo importantíssimo que, com certeza, vai contribuir para a fixação do homem do campo junto ao seu meio e a sua comunidade.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, Deputado Herneus de Nadal, pela grande contribuição que V.Exa. dá a esta Casa, lembrando que a nossa região, de fato, é formada pela agricultura familiar e pelos pequenos agricultores que precisam dessas ações concretas para permanecerem no seu dia-a-dia, no seu trabalho, na sua região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, uso a tribuna hoje para fazer um relato da visita que estou fazendo aos Municípios de Jaraguá do Sul, de Schroeder, de Corupá, de Guarimir e de Massaranduba, e para trazer também um pouco da expectativa dessas comunidades com o meu mandato e com as atividades da Assembléia Legislativa.

Participamos, Sr. Presidente, de reuniões que estamos fazendo sobre o nosso mandato. Creemos que essa deve ser a nossa função, até porque fomos eleitos para representar uma população e não para virmos aqui achar que somos os donos da verdade ou os donos das melhores idéias e salvadoras da pátria.

A primeira reunião que fiz foi no Município de Guarimir, onde reuni cerca de 35 lideranças da comunidade, de associações, de sindicatos, de Igrejas, de Apaes, enfim de uma série de entidades que existem nos Municípios, e pude perceber nessa andança a grande despolitização que foi feita ao longo dos anos pelas administrações da região, pelo fato de não conversarem com a sua população.

Logo percebe-se que o pessoal chega meio desconfiado, sem saber o que o Deputado está querendo ao fazer uma reunião para ouvir a comunidade. E daí nota-se que, ao começarem a usar esse espaço, os primeiros pleitos que surgem são problemas municipais, como a falta de iluminação pública, buracos nas ruas, falta de asfalto, roçada de estradas, enfim, uma série de assuntos que, na verdade, são função do Município e dos Vereadores resolverem.

E quando a reunião termina, depois de ouvir todas as pessoas e de colocar o mandato à disposição, começa-se a perceber que as pessoas se sentem meio embevecidas com essa possibilidade, já que nunca na história da região foi feito isso. E somos bastante elogiados por isso, mas, ao mesmo tempo, fica uma grande expectativa dessas pessoas para que se resolvam esses problemas.

Após essa reunião de Guarimir, fizemos na cidade de Schroeder, igualmente uma reunião com várias lideranças, e novamente quase 100% dos pleitos que apareceram para se resolver foram da esfera municipal.

Então, em Corupá e em Jaraguá do Sul não foi diferente. Em Massaranduba, temos marcada uma reunião para o próximo dia 12 de abril, e já sabemos, mais ou menos, que a expectativa vai ser a mesma. Mas, de uma coisa temos a consciência tranquila: percebemos que as pessoas começam a acreditar e que ainda sentem essa confiança em nós por estarmos abrindo esse canal para uma conversa direta com a população, sendo que até hoje não tinham tido essa oportunidade.

Um outro problema grave que acontece na nossa região, sobre o qual V.Exa., Deputado Sérgio Godinho, também falava aqui na tribuna há algum tempo, é a questão da Saúde.

Na nossa região, especificamente, temos apenas dois hospitais particulares no Município de Jaraguá do Sul e um hospital municipal no Município de Guarimir, para uma população de, aproximadamente, 125 mil eleitores.

Há pouco tempo fechou o hospital de Massaranduba, que era tocado pelas Irmãs, e o hospital de Corupá também acabou fechando as suas portas.

E na cidade de Jaraguá do Sul, pelos dados da Organização Mundial da Saúde, já faltavam, no ano passado, cerca de 240 leitos hospitalares para atender àquela cidade.

Então, imaginem isso, somando a população da região! Quer dizer, o déficit de leitos hospitalares que temos naquela região... Isso porque é uma das regiões de Santa Catarina com uma contribuição muito grande para a receita do Estado.

Na ordem de investimentos estaduais naquela região na área da Saúde, não temos nada além do repasse obrigatório e de um posto de fiscalização da vigilância sanitária ou alguma coisa nesse sentido.

Em infra-estrutura de Saúde não há - e não houve até hoje - nenhum investimento do Estado de Santa Catarina naquele Município ou naquela região. Sabemos que outras regiões do Estado têm hospitais regionais, a exemplo de Chapecó, de Rio do Sul e de Joinville, mas o grosso da saúde pública de Santa Catarina fica todo concentrado aqui na Capital do Estado.

E daí Presidente, se não tivermos uma atuação junto ao Governo do Estado para que nessa descentralização administrativa ele também descentralize a estrutura de Governo como um todo e, principalmente, a estrutura de Saúde, vamos ter uma descentralização pela metade.

Na área da Saúde, convivi com uma série de pessoas com problemas de saúde. E a última delas com quem conversei foi um cidadão de Canoinhas, que estava internado no hospital com um problema de coração e que precisava fazer um cateterismo para ver a situação do seu coração. Resultado: estava mal no hospital, mas saiu de Canoinhas às 6h da manhã, chegou aqui em Florianópolis para fazer o exame ao meio-dia, mas o exame só foi realizado às 8h da noite - e tinha de estar em jejum!

Então, imaginem o sofrimento dessa pessoa. E isso não acontece só em Canoinhas. Em todo o Estado de Santa Catarina, famílias inteiras acabam se deslocando junto com a pessoa doente e ficando na espera, na fila, ou nesse trajeto, com estradas às vezes esburacadas, e a situação da pessoa só vai se agravando, ao invés de facilitar.

Então, pensamos que nós, como Deputados estaduais eleitos para trabalhar pela sociedade catarinense, precisamos estar atentos a isso. Além de propormos ações de descentralização, temos de cobrar do Governo do Estado que essa descentralização não fique apenas no campo administrativo, mas que se descentralize realmente a estrutura de Governo e os serviços que o Governo vai estar fazendo para que a sociedade catarinense tenha um atendimento melhor nas suas regiões.

Isso se aplica também na questão das obras estaduais. É necessário ter um plano de aplicação dos recursos realmente direcionado para cada região, através do Orçamento Regionalizado, que já foi aplicado por esta Assembléia - e que estaremos retomando -, para que o funcionamento do Estado seja decidido pelos catarinenses e para que realmente esteja lá na região o recurso ou a máquina necessária à implementação dos serviços.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Deputado, V.Exa. iniciou a sua fala expondo a forma como vem exercendo o seu mandato, fazendo visitas a entidades das regiões e àquela sociedade que foi visitada na época de campanha. E agora V.Exa. está retornando a sua visita como Deputado Estadual.

Quero parabenizar V.Exa. pela sua iniciativa. Vejo que essa é uma postura adequada, que a sociedade exige e que as entidades esperam, porque a grande reclamação nos tempos de campanha é justamente essa: que o político aparece para pedir voto e depois não volta mais ou só depois de quatro anos.

Queremos dizer que no nosso mandato estamos agindo da mesma forma, inclusive visitando Prefeituras não somente do Partido dos Trabalhadores, mas Prefeitos de todos os Partidos. E na grande parte das vezes há até uma estranheza por parte deles com a nossa visita, porque a prática é que cada Partido visite o seu Prefeito. E estamos implantando um novo modo de legislar também em Santa Catarina.

Parabéns pela iniciativa!

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA

SILVA - Agradeço, Deputado.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado, queremos cumprimentar V.Exa. pela manifestação e crescer a constatação feita no dia de ontem: em São Miguel d'Oeste participamos de uma parte do seminário que foi realizado naquela cidade pela primeira vez, em um início de Governo, integrando todos os órgãos governamentais da região, dando treinamento e capacitação para melhor atender a nossa população, a nossa gente.

Então, é nessa direção que precisamos nos integrar junto com a população para que possamos, de fato, melhorar a vida de quem nos depositou tantas expectativas e esperanças.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Queremos agradecer aos colegas Deputados pelos apartes e dizer que a nossa função, primordialmente, é essa: ouvir as comunidades e trazer aqui os seus reclamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, queremos aproveitar a oportunidade para dizer que o nosso colega Secretário Moacir Sopelsa já se encontra aqui conosco. E vimos na relação que ainda há vários oradores inscritos. Portanto, propomos que façamos um acordo de Lideranças para encerrarmos a presente sessão e ouvirmos o Secretário, pois ele tem outros compromissos em seguida.

O objeto dessa convocação já está praticamente superado, uma vez que já houve um encaminhamento na questão da suinocultura. Mas é evidente que queremos aproveitar essa oportunidade para o Secretário nos colocar a par de todo o encaminhamento e para podermos fazer os questionamentos que quisermos, e em seguida poderemos liberá-lo. (As Lideranças aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Tendo em vista a concordância das Lideranças, encerramos a presente sessão, convocando outra, especial, para hoje, às 17h, com a participação do Secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

EM 01 DE ABRIL DE 2003

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Às dezessete horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Altair Guidi - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Cesar Sousa - Dionei Walter da Silva - Francisco de Assis - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Joares Ponticelli - Lício Silveira - Mauro Mariani - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sérgio Godinho - Simone Schramm - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convidamos o ilustre Secretário Moacir Sopelsa para tomar assento à mesa, bem como o seu assessor.

Esta presente sessão foi convocada através de requerimento do Sr. Deputado Joares Ponticelli, Líder da Bancada do PPB, para que o Sr. Deputado Moacir Sopelsa, Secretário de Estado da Agricultura e Política Rural, preste informações sobre a suinocultura de Santa Catarina.

A presente sessão seguirá o que preceitua o art. 336 do Regimento Interno, que estabelece:

(Passa a ler)

"Art. 336 - Presente na Assembléia, o Secretário de Estado fará inicialmente uma exposição do objeto do seu comparecimento, respondendo, a seguir, às interpelações dos Deputados.

§ 1º - O Secretário de Estado, durante a sua exposição ou ao responder às interpelações, bem como o Deputado, ao anunciar as suas perguntas, não poderão desviar-se do objeto da convocação nem responder a apartes.

§ 2º - O Secretário convocado poderá falar durante trinta minutos, prorrogáveis, uma vez, por igual prazo, por deliberação do Plenário.

§ 3º - Encerrada a exposição do Secretário, poderão ser formuladas perguntas pelos Deputados, não podendo cada um exceder a dez minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de quinze minutos.

§ 4º - É lícito ao Deputado, ou membro da comissão, autor do requerimento de convocação, após a resposta do Secretário à sua interpelação, manifestar, durante dez minutos, sua concordância ou não com as respostas dadas.

§ 5º - O Deputado que desejar formular as perguntas previstas no § 3º, deverá inscrever-se previamente.

§ 6º - O Secretário terá o mesmo tempo do Deputado para o esclarecimento que lhe for solicitado."

Portanto, Srs. Deputados, a partir deste momento o Secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, falará durante 30 minutos e, posteriormente, os Srs. Deputados poderão se inscrever para fazerem as perguntas que desejarem.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, o nosso objetivo, quando da convocação, era discutir a questão da suinocultura, especialmente com relação ao Mal de Aujeszky. E para nossa alegria e devido a uma ação muito forte do Secretário Moacir Sopelsa, juntamente com apoio de todas as Bancadas no Congresso Nacional, com a participação de todos os Parlamentares - e o Deputado Odacir Zonta tem nos mantido permanentemente informado e sabemos que ele tem conversado constantemente com o Secretário -, já temos a boa nova.

O outro assunto é a questão do Frigorífico Chapecó. Gostaríamos de que V.Exa., caso tenha novas informações, pudesse já colocá-las durante esse período, e, posteriormente, faremos algum questionamento, se esse for o interesse dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Solicitamos ao ilustre Deputado Sérgio Godinho que assuma a Presidência, uma vez que estamos sendo solicitados no gabinete.

Lembramos aos Srs. Deputados que na sessão de amanhã haverá a votação dos vetos, com prazo improrrogável. Amanhã é o último dia para que sejam votados!

Peço desculpas ao Secretário por ter de me ausentar, mas estou sendo solicitado no meu gabinete.

Sr. Secretário Moacir Sopelsa, ao iniciar a sua falação, se quiser, poderá ocupar a tribuna, já que tem bastante experiência, pois muitas vezes já fez uso dela. Tenho certeza de que V.Exa. está com muita saudade e vontade de se pronunciar nesta Casa, para que a TVAL possa focalizá-lo e mostrar este brilhante Deputado que V.Exa. já foi, sem dúvida nenhuma!

Gostaria de dizer também ao ilustre Deputado Pedro Baldissera que amanhã estou inscrito para falar. Quero fazer um comentário, porque estava no gabinete quando V.Exa. fez referência à medida provisória e pensei que fosse a Medida Provisória nº 113, que queria debater com V.Exa., porque deu a impressão de que o Governo de Lula é um mar de rosas, quando na realidade não é. Temos de discutir a Medida Provisória nº 113 e faço questão de que amanhã V.Exa. esteja presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Com a palavra o Sr. Secretário Moacir Sopelsa, por até 30 minutos.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOLPESA - Desejamos cumprimentar o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini e dizer que suas palavras são de gentileza. Quando estávamos na Assembléia, apenas cumprimos com a nossa obrigação, com o nosso compromisso e o nosso dever. Aprendemos muito nesses quatro anos em que estivemos aqui, juntamente com pessoas amigas que procuraram, através de seus mandatos, cumprir com o seu dever.

Quero cumprimentar também as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados e dizer que é uma alegria poder voltar a esta Casa a fim de prestar esclarecimentos necessários para que V.Exas. possam conhecer mais sobre a realidade da suinocultura catarinense.

Deputado Joares Ponticelli, Líder da Bancada do PPB - e a convocação foi feita pelo seu Partido -, queremos dizer que vamos usar alguns dados da transparência para que V.Exas. possam realmente conhecer a realidade da suinocultura catarinense. E dentro do tempo que nos foi colocado à disposição, vamos procurar ser o mais breve possível e nos colocar à disposição para também responder às perguntas que forem feitas.

Essa primeira transparência mostra o abate do rebanho inspecionado de Santa Catarina; a produção de carne em toneladas e a exportação - exportamos 360 mil toneladas, das quais 290 mil vão para a Rússia, num valor de US\$375 milhões -; o comércio nacional, que consumiu 230 mil; e o mercado estadual.

A previsão para 2003 é de que teremos uma produção estável, e até há indícios - e acredito que possam ser confirmados - de uma redução na produção de 2003.

(Mudança de transparência)

Aqui temos a situação da suinocultura catarinense em 2000 e em 2002. Em 2002, tínhamos uma expectativa boa que foi criada em cima das exportações do mercado externo. E o que houve? A ampliação e a modernização das nossas indústrias; a implantação de grandes criatórios; o aumento da produção; o repasse de animais; a elevação dos estoques nas indústrias; o aumento da produção mundial de suínos; a concorrência entre países e a redução das cotações internacionais em função do dólar - a partir de 2002 o preço ficou em baixa -; o encarecimento dos insumos, principalmente do milho e do soja, que tiveram um aumento acima daquilo que sempre foi esperado; o preço ao produtor caiu entre 17 e 20% e o custo de produção subiu uma média de 45%.

No último trimestre de 2002, a repercussão das cotações novamente e a insuficiência para garantir rentabilidade.

O panorama atual, em janeiro de 2003: a situação é inalterada. Houve uma queda normal no consumo interno até abril, pois tivemos a suspensão das importações e das exportações para a Rússia, o embargo Russo; a pequena redução dos custos pelo recuo do preço do milho; diminuíram os custos de produção. A produção poderá ser reduzida. É aquilo que dissemos há pouco sobre as dificuldades de mercado e o elevado custo de produção.

Quais as tendências para o segundo semestre de 2003? O que esperamos? Uma adequação no mercado; recomposição da oferta de milho; menor pressão do câmbio no farelo de soja - os dois produtos que são os mais importantes e os principais na alimentação do suíno -; garantia de elevação dos preços ao produtor - e esperamos que isso possa acontecer gradativamente -; e o retorno da rentabilidade na suinocultura.

Com relação ao mercado externo, teremos a felicidade de podermos, mais uma vez, em poucos dias, ter o mercado Russo mais uma vez a nosso favor. Mas a Rússia anunciou para 2003 a sua previsão de cotas de importação de carne, que deve estar estimada em torno de 450 mil toneladas.

Isso é apenas uma estimativa e acreditamos que o momento pode ser favorável para o Brasil, até pela sua qualidade e pelo seu preço. Está existindo, inclusive, alinhamentos entre os Governos do Brasil e da Rússia, nas próprias posições da guerra. E acreditamos que isso poderá nos ajudar e que aquela retaliação comercial que pesava contra nós poderá começar a pesar a nosso favor, embora as cotas que estão previstas sejam menores do que as do ano passado.

No documento que a Assembléia Legislativa nos convocou também foi perguntado quais os mercados que estamos tentando buscar, e queremos dizer que além do mercado Russo, existe a possibilidade de trabalharmos com os mercados da China, da Tailândia, da Coreia e do Japão.

Mas queremos deixar aqui a nossa posição: pensamos que o mercado do exterior em carcaças, para o Estado de Santa Catarina, talvez não seja o melhor. Precisaríamos ter produtos com agregação de valores e aí seriam produtos industrializados.

Nós já conversamos com as agroindústrias e também pensamos que o Brasil precisa explorar mais o nosso mercado interno. Temos um potencial muito grande de consumo aqui e a experiência não foi boa de colocarmos, como diz o velho ditado, todos os ovos na mesma cesta. Portanto, precisamos trabalhar para que o mercado brasileiro possa consumir mais. Agora, para que isso aconteça temos de ter a oportunidade de oferecer não só produtos embutidos, industrializados.

Dos 14 quilos *per capita* que o Brasil consome, 70% são de produtos embutidos. E isso pesa no bolso daquelas pessoas com mais dificuldades, mais carentes. E as nossas indústrias não têm ainda um hábito de oferecer realmente carne *in natura* que possa facilitar o acesso de todos.

Dai vieram os programas de erradicação do Mal de Aujeszky em Santa Catarina, no início em abril de 2001. É bom que se dê conhecimento de que é uma doença infecto-contagiosa, que causa graves prejuízos à suinocultura. É causada por um vírus e o suíno se constitui na única espécie em que o vírus causa problemas como, por exemplo: respiratórios, de baixo desempenho na fase de crescimento e na terminação, e de perdas reprodutivas em matrizes na fase de gestação.

Essas são as causas da doença. Não existe nenhum problema de transmissão ao ser humano. A OIE tem as doenças consideradas com letras e a Doença de Aujeszky está incluída na lista "b" da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

Na lista "a" estão as enfermidades que apresentam grande poder de difusão e de especial gravidade, com prejuízo no comércio internacional de animais e produtos de origem animal. O que isso quer dizer? Quer dizer que o Mal de Aujeszky é uma doença que não tem o perigo do produto ser comercializado e também é uma doença, reconhecida pelo código da OIE, como uma doença da letra "b".

Na lista "b" estão as enfermidades importantes sob o ponto de vista sócio-econômico e sanitário em nível nacional e de consideráveis repercussões no comércio, na indústria de produtos de origem animal.

(Mudança de transparência)

A Doença de Aujeszky, de dominação obrigatória, existe no Brasil desde 1912 - e esse é um dado importante para os Srs. Deputados - e em Santa Catarina desde 1983. Foi diagnosticada no Oeste, no Alto Vale do Itajaí, no Litoral e no Sul do Estado. No Rio Grande do Sul e no Paraná existem casos isolados, e também existem no Canadá, nos Estados Unidos, na União Européia, onde possuem programas de erradicação.

O objetivo é transformar o Estado de Santa Catarina na condição de zona de baixa prevalência da doença nos rebanhos, abaixo de 1%, para se tornar zona livre da doença.

Metas que estão sendo implantadas desde 2001: eliminar todos os focos da doença até março de 2003, um decisão do atual Governo Estadual, da iniciativa privada e da suinocultura, em janeiro de 2003; e certificação como zona livre da Doença de Aujeszky até 2004.

Esse programa começou em 2001 e tinha uma previsão de durar até 2002. Como os surtos foram maiores do que se esperava, o nosso programa deve ir até 2004.

Etapa de conclusão: está aí a identificação dos focos da doença e a eliminação dos animais infectados. O que aconteceu? Tivemos 35 rebanhos com sorologia positiva e a eliminação de 10.938 matrizes - isso é o que o programa está fazendo -; 201 rebanhos despovoados, com 22.266 matrizes; eliminação e abate sanitário de 82.571 suínos de diversas categorias, recém-nascidos, recria e terminação.

Total de animais eliminados: 115.775. A indenização foi feita através do Fundo Estadual de Sanidade Suína, do Sindicarões e da Associação Catarinense de Criadores de Suínos e foram gastos cerca R\$7 milhões, incluindo os animais e o lucro cessante.

O programa ajudou a pagar, inclusive, as propriedades que ficaram sem receita, sem produção de animais, que tiveram o lucro cessante.

(Mudança de transparência)

Aí estão mais ou menos as regiões onde aconteceram os focos e a eliminação dos animais.

Na segunda etapa, houve a ampliação das atividades de vigilância sanitária e a investigação sorológica em áreas de risco. São cerca de 300 propriedades que estão próximas daqueles rebanhos que foram abatidos no incremento da vacinação dos rebanhos incluídos no programa e dos rebanhos vizinhos, sob risco. São aquelas propriedades vizinhas daquelas onde foram abatidos todos os animais.

A doença pode ser controlada, V.Exas. estão vendo aí a vacinação, e é possível e permitido que também se trate e controle-se a doença através da vacina.

A terceira etapa: investigação sorológica nos rebanhos do Estado por amostragem, durante o segundo semestre, a ser estabelecido pelo comitê. Há um comitê do programa, técnicos do programa de erradicação da Doença de Aujeszky, do qual fazem parte o Ministério da Agricultura, a Secretaria da Agricultura e a Cidasc. E o programa é feito pela Embrapa.

Queremos que haja o reconhecimento internacional de zona livre da Doença de Aujeszky até o final de 2004. Não podemos dizer nunca que erradicamos a doença, mas acreditamos que poderemos, até 2004, nos tornarmos livre dela.

O número de focos: em 2000 foram identificados dois focos, em 2011 e em 2035... Disse no início que quando aconteceu o programa de erradicar num curto espaço de tempo, foi porque talvez tenha-se sentido aí a preocupação de que a doença estava crescente.

(Mudança de transparência)

Temos aqui, no ano de 2000, por semana, os focos que foram identificados e onde foram identificados: em Concórdia e em Seara.

(Mudança de transparência)

Agora vem 2001, com um foco, em 2002 os senhores podem ver que o crescimento foi grande.

(Mudança de transparência)

Essa transparência mostra o certificado que tínhamos com o Ministério da Agricultura e os documentos que estavam sendo solicitados pelo Ministério da Agricultura.

Esse é o certificado que Santa Catarina e o Ministério da Agricultura assinavam. E daí que passamos a ter a dificuldade quando dizíamos que o Estado de Santa Catarina era livre da Doença de Aujeszky. Isso colocou dúvida, pois ao mesmo tempo em que se tinha um programa para tentar erradicar a doença, emitia-se o certificado de que éramos livres dela. Criou um desconforto e, principalmente, quando saiu naquele programa da Globo aquela notícia mostrando as granjas vazias e os animais doentes, isso fez com que tivéssemos o descrédito, ficando difícil para comprovar... Inclusive já vai aparecer aqui um relatório da nossa Ministra em Moscou.

(Mudança de transparência)

Depois, se os Deputados quiserem, poderemos, inclusive, entregar uma cópia a V.Exas. É difícil para ler tudo, mas há alguns lugares em que eles perguntam o que é feito no Brasil com um técnico que emite um certificado que não espelhe a verdade. E colocam que o Brasil, ao emitir esse certificado, estaria pensando que eles não fossem ter conhecimento ou saber, mas que eles têm os seus profissionais aqui no Porto de Itajaí que acompanham todo o embarque.

Esse é o documento, é todo o relatório que recebemos da nossa Embaixada da Rússia, que comunicou o Ministério da Agricultura e, por consequência, à Secretaria da Agricultura.

(Mudança de transparência)

Afinal, o que esperamos que aconteça. No dia 28 de março, a Rússia voltou a dizer que aceita o nosso produto. Já comunicou a todos os seus veterinários de fronteiras que a carne suína de Santa Catarina está mais uma vez liberada.

Agora é preciso que estejam lá dois técnicos do Ministério da Agricultura tratando da mudança do contrato. Não podemos continuar com o contrato da mesma forma como tínhamos o contrato anterior, no qual garantíamos algumas coisas que não podíamos comprovar. Essa mudança desse contrato vai dar a oportunidade para que possamos, de fato, comprovar aquilo que foi solicitado.

Com relação à exportação e à produção de suínos, era isso o que tínhamos para mostrar. Vamos aproveitar a oportunidade para falar também sobre o Frigorífico Chapecó. E, posteriormente, V.Exas. poderão fazer as perguntas que desejarem.

Primeiramente, gostaria de dizer que vieram conosco o Dr. Roni, que é o Diretor de Sanidade Animal da Secretaria de Agricultura, e os técnicos da Cidasc. Se for preciso, com certeza que as informações técnicas serão prestadas por eles.

Temos acompanhado a questão do Frigorífico Chapecó desde o primeiro momento. Aliás, no ano passado, quando estávamos aqui na Assembléia e presidíamos a Comissão de Agricultura, já tínhamos diversas solicitações de produtores - fizemos diversas reuniões a esse respeito na Comissão de Agricultura - devido a situação difícil que passava a empresa, com produtores entregando as suas mercadorias e não recebendo.

Por diversas vezes, fizemos contato com o Diretor-Presidente no Rio de Janeiro, Dr. Alex Fontana, e sempre foi-nos informado que estava prestes a se ter uma solução. Dizia que na semana que vem resolveriam o problema, que tinham acertado o Rio Grande do Sul, que iriam acertar Santa Catarina, e que começariam a colocar em dia o recebimento e os pagamentos.

Infelizmente, isso veio se arrastando e chegou agora ao pique máximo e o Frigorífico não tem mais condições de sobrevivência, se não encontrarmos uma alternativa.

Na quarta-feira estivemos conversando com o Governador e com o Presidente do BNDES - e a Deputada Simone Schramm nos acompanhou -, e tivemos a confirmação do BNDES de que até aquele momento ele tinha apenas uma proposta de um grupo francês, e que se não houvesse outra alternativa, o Frigorífico seria vendido ou alugado com intenção de compra.

O próprio Prefeito Pedro Uczai, nosso ex-Colega, fez diversos contatos. Na quinta-feira, o Governador chamou alguns empresários de Santa Catarina e colocou a sua preocupação. E aqui, independente de Partido Político, todos defendiam que os bancos nacionais pudessem fazer investimentos para empresários do nosso País, para que não tivéssemos financiamentos com o nosso dinheiro para grupos estrangeiros.

E o Governador chamou os nossos empresários e disse da sua vontade de ver que o Frigorífico Chapecó pudesse ficar na mão de empresários se não de Santa Catarina, mas do Brasil.

Na sexta-feira já houve uma movimentação de alguns empresários e ontem a última informação que tivemos, Deputado Joares Ponticelli, foi de que havia um pedido das nossas indústrias para que fosse transferida a decisão até amanhã, e que elas apresentariam uma proposta, até porque as nossas empresas tinham dificuldade de saber qual era a oferta do grupo internacional.

Imaginamos que hoje tivéssemos uma decisão. Na sexta-feira passada a direção da indústria autorizou os seus funcionários a abaterem todos os animais que tivessem com a possibilidade de serem abatidos, e nos aviários autorizaram que aqueles animais que não estavam em condições de serem abatidos fossem soltos.

Então, algumas pessoas foram buscar 100 frangos, 50 frangos e os animais estavam abandonados no campo. Isso nos criou uma situação preocupante, porque não se sabe se está sendo feito o controle sanitário necessário para esses animais. E poderá, inclusive, complicar a situação da grande produção, principalmente de frangos, que temos no nosso Estado.

Imagino que hoje, se for atendido o pedido das nossas agroindústrias para que se proteja até amanhã... No máximo até amanhã precisa haver uma decisão.

A decisão está nas mãos do BNDES, não tenho nenhuma dúvida disso, pois o BNDES é o maior credor, embora sozinho ele não tenha 51% da empresa. Mas ele foi quem emprestou dinheiro e acreditou que ele tem o poder de determinar o que pode e vai ser feito com a empresa de Chapecó.

Num determinado momento, o Presidente do BNDES também nos dizia que não gostaria de que a empresa fosse espartilhada, que se pegasse diversas empresas e que cada uma tivesse uma fatia da empresa. Isso é claro, porque a empresa poderia, num segundo momento, deixar de existir. Mas se não se tem outra alternativa, temos de buscar essa alternativa.

Era isso o que tínhamos a dizer! Pedimos desculpas se não conseguimos esclarecer tudo aquilo que V.Exas. desejavam saber. Mas estamos aqui à disposição, bem como os nossos técnicos, para qualquer esclarecimento.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Prezado Secretário Moacir Sopelsa, a notícia que o senhor colocou é bem-vinda a Santa Catarina: a Rússia volta a importar carne suína do Estado.

Estivemos presentes na missão da Rússia e, pela exposição feita pelo Secretário-Geral do Ministério da Saúde e pelo nosso Secretário da Agricultura na época, invertemos o processo e exportamos diretamente de Santa Catarina à Rússia. Os russos estavam extremamente irritados com a parte de intermediários no processo e solicitaram-nos que essa intermediação deixasse de existir.

Ora, o Secretário da Agricultura de lá e o nosso não tocaram no Mal de Aujeszky. Havia sanidade nos nossos rebanhos, tanto que exportamos muitas vezes para lá e também para outros países.

Por que os técnicos de lá que eu conheço, já que em Santa Catarina a Cidasc tem uma equipe extremamente competente, omitiram essa doença? Porque o Mal de Aujeszky nunca estava em evidência, até que a Rússia o fez. Então, o que houve? Por que essa omissão?

Pergunto também por que a Rússia voltou a importar, neste momento, carcaças? E pena que sejam somente carcaças, porque se fosse produto beneficiado seria mais importante. Seria bem melhor a margem de lucro para os agroindustriais se não fossem exportadas apenas carcaças e sim produtos beneficiados. A diferença é bastante grande.

Meu segundo questionamento: mesmo existindo a Mal de Aujeszky, por que a Rússia está importando novamente? Porque pelo que vimos pelas projeções, somente no final de 2004 é que o Mal de Aujeszky estará erradicado, mas dentro dos percentuais aceitáveis.

Então, os dois questionamentos são os seguintes: primeiro: por que a Cidasc se omitiu? Segundo: por que a Rússia voltou a importar com o Mal de Aujeszky?

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Deputado Lício Silveira, eu gostaria de perguntar se depois nós poderemos ouvir a posição dos nossos técnicos.

Mas o Mal de Aujeszky, como o senhor viu na transparência, é uma doença tipo "b" aceita pelos países compradores. Existe no Canadá, nos Estados Unidos e em outros países. Podemos dizer que está nos países mais ricos, e está aqui em Santa Catarina também!

Qual foi a falha? Não precisávamos ter dito que éramos livres desta doença. Não quero aqui também iniciar um debate de retaliação. Na época, talvez, pensou-se em dizer que era livre, até para facilitar, mas não tinha necessidade de dizer que éramos livre.

Devíamos ter sido corretos e falado a verdade. Como poderíamos ter dito que estávamos dentro de um limite de menos de 1% do rebanho. E esse limite é aceito pela OIE.

Por que eles, hoje, voltam a comprar e estamos fazendo o nosso trabalho, Deputado Lício Silveira? Porque tivemos de dizer a eles que aquele documento que estava sendo emitido não era verdadeiro, mas que estávamos fazendo um trabalho para nos tornarmos livre da doença, e que os nossos rebanhos estariam dentro das recomendações da Organização Mundial de Sanidade.

É uma forma, Deputado Lício Silveira, de pedir desculpas, que aquilo que estávamos dizendo foi um equívoco.

Precisamos deixar claro que hoje estamos enquadrados dentro das normas sanitárias internacionais, mas que não são aquelas que dizíamos no documento passado. E isso é um reconhecimento de que estávamos faltando com a verdade.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Quando da importação das carcaças, vários técnicos russos estiveram no Brasil visitando diversas empresas para fazer uma vistoria com os técnicos da Cidasc e não constataram esse mal, só posteriormente. Isso também não pode ter acontecido por causa da competição de mercado entre países que jogam um problema de um País para outro, procurando fazer com que o seu produto seja mais satisfatório do que o nosso e como consequência importar?

Sabe-se perfeitamente que em alguns países há uma superpopulação de suínos e é necessário colocar à venda. Eles usam instrumentos diversos, além do preço. Tanto é que o preço foi um

dos problemas que tivemos em função não só do mal, mas em função da demanda necessária, os preços caíram bastante, prejudicando os nossos agricultores.

Essa também não foi a influência do mercado internacional?

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Deputado Lício Silveira, primeiro, precisamos fazer justiça aos técnicos da Cidasc. Quando V.Exa. perguntou se não houve comissão, quero dizer que - tenho aqui dados e pretendia não comentar - quem faz esses exames é o Cedisa, que é um laboratório que está localizado na Embrapa, em Concórdia.

Com a participação da Embrapa, do Ministério da Agricultura, no caso, e do Governo do Estado, através da Cidasc, todos os dados que saem desse laboratório vêm para a Cidasc e esta informa ao Ministério da Agricultura. Mas num determinado momento deixou de aparecer notificações de focos, sendo solicitado ao técnico que não mandasse mais informações para o Ministério da Agricultura e que elas fossem só para a Cidasc.

Portanto, temos que eximir toda a responsabilidade dos técnicos da nossas empresas, porque eles apenas estavam cumprindo determinações que foram passadas a eles.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - O Ministério da Agricultura garantiu a perfeita sanidade animal, e através do Secretário-Geral este Deputado estava lá na Rússia...

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Quem tem o compromisso de informar ao Ministério da Agricultura somos nós, e no momento em que não informamos mais ao Ministério, ele deixa de ter os dados oficiais.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Mas o Secretário-Geral esteve por várias vezes no Estado de Santa Catarina, e eu acho que essa discussão não é nada produtiva.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - V.Exa. comenta sobre a retaliação e quero dizer que é uma retaliação comercial. Não tenha dúvida de que o Mal de Aujeszky, na minha maneira de ver, foi uma questão a ser usada para chegar onde se tinha interesse. Das 500 mil toneladas que a Rússia comprava, 300 mil eram do Brasil, sendo que 280 mil eram de Santa Catarina; criava-se uma concorrência para qualquer País.

E aí nós entendemos, Deputado Lício Silveira, o motivo do retaliamento deles. A grande dificuldade foi quando o Ministério deu os dados, os documentos e os certificados que podiam espelhar a realidade, mas nunca pensar que fossem trazer prejuízo. Quem emitiu esses certificados, quem determinou essas ações nunca pensou que iríamos ter pela frente esse problema. Esta foi a grande dificuldade que tivemos, pois em cima disso demos um motivo para que eles pudessem nos retaliar, inclusive comercialmente.

Muitas coisas se passam nos bastidores que nem nós sabemos, quem sabe, até, ninguém tem conhecimento.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu acho uma coisa muito difícil, porque esse processo não é só na Cidasc, não é só o Secretário do Ministério da Saúde que está envolvido, mas também os próprios empresários que dominam o assunto e têm conhecimento...

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Todos, e eu disse isso em uma reunião, conhecia a situação verdadeira: a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, as nossas agroindústrias, o Ministério da Agricultura e a Cidasc.

Na verdade, não só uma pessoa tinha conhecimento. Eram informações repassadas e que tinham a concordância de mais de uma pessoa.

Não sei se o Roni quer fazer alguma colocação, talvez ele possa esclarecer mais do que eu.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu gostaria de só fazer mais uma colocação, porque estou sendo apartado aqui e vou encerrar a minha participação.

Dentro do contexto dos suínos, nós temos dois grãos de extrema importância: o soja e o milho, principalmente o milho. Sabemos que a

produção no Brasil está em torno de 42 milhões de toneladas. Parece que em Santa Catarina está em torno de 3.200 milhões, enquanto que a necessidade gira em torno de 4.600 milhões. Estamos com uma defasagem de 1.800 milhão e a safra deste ano deve diminuir em torno de 860 mil.

Esses são insumos básicos animais, pois sabemos que praticamente 50% da nossa produção de milho vem do Extremo Oeste. Aqui no Litoral planta-se milho, simplesmente o milho verde, mas para consumo. E há, também, logicamente, outras empresas que utilizam.

Mas com relação ao milho, essa política que vinha sendo adotada de alcançarmos a nossa auto-suficiência, que está prevista para a safra deste ano uma redução de 800 mil, ou seja, pela metade, está sendo mantida? Ou nós teremos problemas no futuro de deficiência nessa safra?

SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Deputado Lício Silveira, o Estado de Santa Catarina consome, aproximadamente, 4.805 milhões de toneladas de milho. Este ano devemos alcançar, segundo os dados do Instituto Incepa, entre 4.100 a 4.200 toneladas.

Estamos colhendo, graças a Deus e ao trabalho do nosso agricultor, uma das melhores safras da história de Santa Catarina.

Queremos continuar com os programas, Deputado Lício Silveira. Tivemos uma dificuldade no Troca-Troca do ano de 2001. Em 2002 a Secretaria da Agricultura tem uma pendência de... (Falas paralelas)

Eu pediria que V.Exa me ouvisse agora. O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu estou sendo admoestado pelos meus Colegas aqui.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Deputado Lício Silveira, a Secretaria da Agricultura tem uma pendência do Troca-Troca de 2001 de mais ou menos R\$5.500.000,00. Em 2002 tem mais ou menos o mesmo valor.

Este é um crédito que a Fecoagro tem e que deve às cooperativas. E o Deputado Antônio Carlos Vieira, ex-Secretário da Fazenda, conhece bem essa situação.

Nós estamos levantando a possibilidade de acertar esse valor e de abriremos mais uma vez o crédito para 2003, fazendo um programa de 300 mil sacas de semente de milho e 200 mil toneladas de calcário, dando aquela garantia de equivalência no Troca-troca pelo Governo do Estado. Além disso, Deputado Lício Silveira, é intenção do nosso Governo explorar outras áreas de produção. V.Exa. falou na produção de milho no Oeste de Santa Catarina. Nós temos, hoje, grandes possibilidades e já há grande produtividade no Planalto Norte.

Não posso afirmar que poderemos nos tornar auto-suficientes em milho, mas podemos fazer uma política para garantir pelo menos chegarmos perto da auto-suficiência com armazenagem, Deputado Lício Silveira.

O Governo tem que participar disso. Faz muitos anos que a agroindústria, as cooperativas, o Governo Estadual e Federal não têm possibilidade de investir em armazéns, pois temos falta de armazéns.

Estamos propondo, Deputado Lício Silveira, se tivermos a parceria com o Governo Federal, que seja garantido o seguro agrícola. V.Exa. sabe que esta é uma reivindicação antiga dos nossos produtores. Se nós não pudermos garantir todos os cultivos, vamos garantir pelo menos o milho, numa parceria do Governo do Estado, do Governo Federal e do produtor.

Então, são programas que podem acontecer e que podemos dar garantia, mas não a auto-suficiência, mas podemos chegar perto da auto-suficiência.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Secretário, eu só gostaria de fazer uma pergunta diante do rastro da indagação última do Deputado Lício Silveira. Ele colocou a hipótese de haver um tipo de retaliação a exportadores para o mercado soviético.

Eu até não acredito nisso. Sinceramente, não acredito, mas faço uma pergunta a V.Exa.: Santa Catarina tinha um percentual do mercado soviético com relação à carne suína. Depois de todo esse imbróglio ser liberado, vai-se manter a mesma participação ou vai reduzir? Porque nós poderemos até imaginar algum tipo de retaliação dentro do próprio País. Como nós estamos discutindo guerra fiscal, também acredito que possa haver uma guerra de exportação.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Sr. Deputado, eu diria que é uma pergunta que se pode responder, mas não se pode afirmar. Ao passado, a Rússia determinou uma previsão de 600 mil toneladas de carne suína que iria comprar do mundo. Este ano a previsão é de 450 mil. Se formos só nessa previsão, das 280 mil que exportamos no ano passado, a previsão é que exportaríamos menos este ano.

Eu acredito que nós podemos manter o mercado com a Rússia. Nós temos condições de competir no preço a qualidade. Com relação à retaliação que houve em cima da doença da Aujeszky, houve falha nossa? Houve, mas V.Exa. não vá pensar que não há interesse dos outros países muito mais desenvolvidos e com muito mais poder do que o nosso.

Mas imagino que tem algumas coisas que possam somar positivo para nós: a competição no preço, a qualidade. E quanto ao alinhamento do mundo, hoje, eu disse há pouco, na minha modéstia de ver, que a maioria dos países estão se posicionando contra a guerra. Está havendo um poder massacrante dos Estados Unidos. O Governo brasileiro posicionou-se contra, o governo russo posicionou-se contra. Eu imagino que isso possa nos trazer dividendos comerciais. Agora, afirmar a V.Exa. que vamos ter a mesma fatia do ano passado é difícil, até porque ninguém tem segurança que a Rússia compre a mesma coisa que comprou o ano passado do resto do mundo.

Eu imagino que eles devam comprar a mesma coisa, porque não houve crescimento na sua produção, eles têm um consumo alto. As informações que se tem é que as cotas que estão sendo divulgadas, agora, nos primeiros dias, vão nos dar uma linha do que é que vamos ter.

Então, acho que o caminho deve ser este, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu só faço uma última conclusão. Santa Catarina tinha um percentual de exportação para a Rússia ontem, hoje é zero.

Santa Catarina tinha um percentual do mercado soviético com relação à carne suína. Eu pergunto, depois de todo esse imbróglio, foi liberado, mas vai se manter a mesma participação ou vai reduzir. Porque aí nós poderemos até imaginar algum tipo de retaliação dentro do próprio País.

Como nós estamos discutindo guerra fiscal, também eu acredito que isso aí possa haver uma guerra de exportação.

O SR. SECRETÁRIO DA AGRICULTURA - Eu diria que é uma pergunta que se pode responder mas que não se pode afirmar.

O ano passado a Rússia determinou uma previsão de seiscentas mil toneladas de carne suína que iria comprar do mundo. Esse ano a previsão são quatrocentas e cinquenta mil.

Se nós formos só nesta previsão, das duzentas e oitenta mil que nós exportamos o ano passado, a previsão é de que nós exportaríamos menos esse ano.

Eu acredito, mas exportou para o mundo... Eu acredito que nós podemos manter o mercado com a Rússia, nós temos condições de competir, no preço, a qualidade, a retaliação que houve em cima da Doença de Aujeszky. Houve falha nossa? Houve.

Mas V.Exa. não vá pensar que não tem o interesse dos outros países muito mais desenvolvidos e com muito mais poder do que o nosso.

Mas eu imagino que tem algumas coisas que possam somar positivo para nós. A competição no preço, a qualidade, o alinhamento, eu disse há pouco, eu imagino na minha modéstia de ver, o próprio alinhamento do mundo, hoje, a maioria dos países estão se posicionando contra a guerra.

Está havendo um poder massacrante dos Estados Unidos. O Governo brasileiro se posicionou contra, o Governo russo se posicionou contra. Eu imagino que isso possa nos trazer dividendos comerciais.

Agora, lhe afirmar que nós vamos ter a mesma fatia do ano passado é difícil. Até porque ninguém tem segurança de que a Rússia compre a mesma coisa que comprou o ano passado do resto do mundo.

Eu imagino que eles devam comprar a mesma coisa, que eles crescimento na produção deles, tem um consumo alto, as informações que se tem é que as quotas que estão sendo divulgadas agora, nos primeiros dias, vão nos dar uma linha do que nós vamos ter. Então acho que o caminho deve ser esse, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu só faço uma conclusão. Santa Catarina tinha um percentual de exportação para a Rússia, ontem. Hoje é zero. Eu gostaria de só conhecer perante os outros Estados da Federação.

Eu pediria à Secretaria da Agricultura que nos desse ciência, hoje e amanhã, quando vai ser reaberto novamente, de forma efetiva, o mercado, quando Santa Catarina vai retornar a participar nesse mercado comprador.

O SR. SECRETÁRIO DA AGRICULTURA - Só para o seu conhecimento, no ano passado o Brasil exportou 360 mil toneladas para a Rússia. Santa Catarina exportou 290 mil. Então, se formos ver na matemática é 70% daquilo que o Brasil exportou.

Eu acho que temos condições de manter dentro do Brasil esse percentual. Com relação a isso, eu não tenho medo e não tenho dúvida, porque está aqui o maior percentual de produção e estão aqui as maiores indústrias também.

Santa Catarina tem sob inspeção federal, se não me falha a memória, 80% da produção de carne inspecionada sob o SIF.

Então, se o Brasil exportar 300 mil, com certeza Santa Catarina não vai ficar abaixo de 240.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - A Presidência gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do Sr. Ademir Tadeu de Souza, gerente de programação e orçamento do Encepa, do Sr. Ademar Sim, Secretário Executivo do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Incepa -, como também do Sr. Edson Henrique Veran, representando, neste ato, o Presidente da Cidasc.

Concedo um aparte para o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente e nobre Secretário, depois da enxurrada de perguntas do Deputado Lício Silveira, o pessoal estava brincando até que ele estava querendo entender de suínos, mas o negócio dele é ostra, que é o que dá mais na região.

Mas brincadeira à parte, queria reforçar o que V.Exa. falou do Ministro da Agricultura. Eu participei, inclusive, da audiência, juntamente com V.Exa., nesta questão específica do suíno e também do alho, que é um outro problema que precisa ser discutido em uma outra oportunidade.

Com relação à questão de Chapecó, nós até, por uma falha de comunicação da agenda do Governador, recebemos um fax dizendo que ele teria uma audiência no BNDES, mas estava escrito que o assunto era reservado. Como não sabíamos que era o mesmo tema, acabamos tendo uma outra audiência duas horas depois sobre o mesmo assunto com o Prefeito de Chapecó, com o Presidente Carlos Lessa, que poderia ser tratado no mesmo momento.

V.Exa., durante a sua explanação, disse que o contrato de exportação com a Rússia está sendo revisto porque haviam termos ou cláusulas que não poderiam ser comprovados pelo Estado de Santa Catarina. Gostaria que V.Exa. precisasse o que não poderia ser comprovado.

Uma outra questão levantada por V.Exa. é que no passado o documento do Estado de Santa Catarina em relação à situação sanitária dos suínos continha inverdades. Então, gostaria de saber se V.Exa. pode precisar essas inverdades. E a afirmação de V.Exa. de que o técnico recebeu ordens para que não enviasse os dados para o Ministério da Agricultura.

Acho que seria importante precisar os nomes ou quem deu essa ordem, porque nós ouvimos muito em jornais, por exemplo, o Valmor de Lucca fazer algumas afirmações sobre a Casan, deixando a coisa muito no ar.

Eu acho que V.Exa. é um Secretário de Estado, está numa Assembleia Legislativa, e é importante, para não ficar essa suspeita no ar, que decline os nomes dessas pessoas a que se referiu.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, como nós temos aqui vários técnicos que estão acompanhando o Secretário, vários convidados também, e como emendamos a sessão ordinária a esta audiência, eu sugiro a V.Exa. que convide os assessores do Deputado ou aqueles que estão acompanhando esta audiência para ocuparem o espaço aqui dentro, a fim de ficarem mais próximos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - Então, convidamos as pessoas que estão fora do Plenário para que possam entrar e ocupar as cadeiras.

Gostariamos de registrar, também, a presença do Gerente Regional da Epagri da Amurel, Sr. Luiz Carlos Bora.

Então, convidamos as pessoas que estão assistindo esta sessão para, se quiserem, tomarem assento nas cadeiras do Plenário. Será uma honra para nós.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Vamos iniciar pelo certificado. Quando disse que estávamos emitindo um certificado que não espelhava a realidade, é o certificado que dizia que estávamos há 12 meses sem registro de foco do Mal de Aujeszky. E isso era dito para os russos no certificado de exportação, assinado pelo Ministério de Agricultura.

Este é um documento que precisamos mudar. O que vamos estabelecer? Eu estou dando um exemplo. Pode ser que não seja este. Nós não podemos mais ficar com esse documento porque não temos como comprová-lo. A Cidasc não tem como omitir que estão fazendo um trabalho sorológico e estão aparecendo animais positivos.

Então, podemos garantir aos russos que estamos comercializando carne suína de propriedades livres do Mal de Aujeszky. É uma possibilidade para deixar de se ter esse documento que não é verdadeiro.

Quando disse que foi determinado que não fosse mais informado ao Ministério da Agricultura, quis dizer que são documentos que temos onde vinham informações do laboratório de Concórdia, que diziam o seguinte: "Conforme contato telefônico mantido anteriormente com V.Exa., este resultado está sendo encaminhado para a Cidasc aos seus cuidados".

Vinha do técnico do laboratório para o diretor de sanidade animal da época e este devia fazer os devidos encaminhamentos, os quais não sabemos como foram feitos. Isto é do ano de 2002. Isso aconteceu para que o laboratório, como de praxe, não encaminhasse para a Cidasc, para o seu diretor e para o Ministério da Agricultura.

Então, são esses os esclarecimentos que V.Exa. pediu. Qual foi o terceiro item que V.Exa. pediu?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Na verdade, resumiu-se a dois itens porque o contrato que V.Exa. falou é o certificado. É isso?

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Isso. Porque o certificado está saindo em cima dos dados que nós assinamos e que o Ministério da Agricultura assinou com o Governo russo ou com as autoridades de sanidade animal da Rússia.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - V.Exa., como Secretário, entende então que esta inverdade ou esta omissão de informação é que acabou causando o rompimento do contrato quando se descobriu que na verdade tinha foco?

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Nós temos aqui um relatório que recebemos da Rússia e o motivo usado foi esse, embora não tenhamos que ser ingênuos. E os Deputados Antônio Carlos Vieira e Lício Silveira, em determinado momento, colocaram:

"E as retaliações comerciais?" Estávamos conquistando um poder. Todos os países vão tentar vender os seus produtos onde têm consumo e a Rússia é um dos maiores compradores. Se o motivo foi 100% esse, tento imaginar que sim, porque é esse o documento, essa é a alegação que tivemos e foi esse o trabalho que fizemos para justificar que tínhamos condições de nos enquadrar dentro das normas exigidas pelo mercado internacional.

Se houve outras questões que pesaram na decisão, são questões que não temos conhecimento.

Quero citar algumas questões. Por exemplo, no relatório da embaixadora russa, Deputado Dionei Walter da Silva, foram feitas, em uma reunião que a nossa embaixadora participou, no caso não é uma embaixadora, porque estamos sem embaixadora, é uma Ministra... Mas ela, em um determinado momento, destacou se o Brasil continuaria exportando, se havia descumprido as condições de certificado sanitário. O serviço veterinário brasileiro havia fechado o olho para a assinatura de certificados sem fundamento, com inaceitável e pouca transparência.

Daí vem a seqüência: indicou que as perguntas apresentadas pelo Governo russo, no caso ao Ministério da Agricultura, devem ser respondidas de modo concreto e que a documentação recebida do Brasil é pouco específica, enfatizou o representante da Rússia.

Os representantes do Departamento Veterinário indicaram que as informações recebidas não atendem aos pedidos dos russos. E essa foi a discussão que eles foram tendo. Após algumas indicações, a delegada russa finalmente reconheceu que as informações prestadas por Santa Catarina sobre o Mal de Aujeszky eram completas.

Então, o trabalho que Santa Catarina fez garantia a segurança do governo russo.

As informações que o governo russo espera seriam as seguintes: trata-se de um documento de duas ou três páginas, em que o Brasil explicaria de que modo iria garantir que no futuro não se repetirão os problemas atuais.

Então, o que estamos dando para a Rússia de garantia que precisamos fazer um trabalho sério?

Hoje estou como Secretário, Deputado Dionei Walter da Silva, amanhã posso não estar. Então, tudo o que preciso fazer é dar segurança aos nossos técnicos, para que eles possam emitir sempre um parecer que espelhe a verdade.

Na época - e não quero retaliar - quem sabe se tenha feito isso pensando no melhor. Agora, eu não penso assim. Penso que aquilo que se diz hoje pode-se dizer de novo amanhã.

Então, esta é a situação que ficou e que espero que seja resolvida.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Agradeço ao senhor pelas suas explicações e penso que é interessante trazer à opinião pública os fatos. E se realmente essas informações se confirmarem, creio que houve um prejuízo ao Estado de Santa Catarina, prejuízo esse talvez causado, voluntário ou involuntariamente, por uma ação de governo ou de uma entidade do governo, o qual precisa ser melhor esclarecido.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Apenas para justificar, gostaria de dizer que o Deputado Dionei Walter da Silva esteve junto no Ministério da Agricultura quando tratamos desta questão e da questão do alho, e também no BNDES quando tratamos do Frigorífico Chapecó.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Secretário Moacir Sopelsa, estamos tratando deste assunto com poucos detalhes, mas esse processo surpreende-me. O maior interessado em exportar é, logicamente, o Estado, a fim de obter divisas, mas também são as nossas grandes empresas que exportam.

As grandes empresas, pelos menos duas delas que visitei, mantêm fiscais para emitir o CIP. Como, como toda essa vigilância sanitária de responsabilidade do Governo Federal, deixaram

passar isso? Por que essas empresas que lidam com grandes negócios e que sabem que a qualidade é uma coisa que tem de ser inerente ao seu produto e, se não for bem aceito, num breve futuro terá problemas no outro!

Como essas empresas, com sua vigilância sanitária - são empresas extremamente competentes, com mais de 100 pessoas trabalhando diuturnamente no abate de suínos e outros. Mas, na questão do suíno fico preocupado com relação a esse posicionamento das empresas.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Deputado Lício Silveira, tem de separar a inspeção dentro da indústria, que é feita pelo Ministério da Agricultura. Ela não levanta esse dado do campo, que é feito, em Santa Catarina, pela Cidasc, acompanhado pelo Ministério da Agricultura, em Santa Catarina, que informa ao Ministério da Agricultura, em Brasília.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Mas o animal chega vivo nos abatedouros.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - O animal não chegava na indústria com o diagnóstico, a não se aqueles animais que sorologicamente tivesse feito o exame. A indústria não tem lá fora e nem dentro a possibilidade de dizer se o animal tem Aujeszky ou não. Ela tem a segurança quando é feito o exame de campo, quando é coletado o sangue; levado para o laboratório, que faz o diagnóstico.

Imagino que temos de ter a segurança de que as nossas indústrias tenham um trabalho que não se pode de forma alguma colocar dúvida.

Agora, as indústrias sabiam que estava havendo problema no campo e não se era colocando no documento? Disse há pouco que as indústrias, que a Associação dos Produtores, que o Ministério da Agricultura, que a Secretaria da Agricultura contrataram um programa no Embrapa para erradicar a doença. Quem conhecia o documento expedido? Imagino que todos poderiam conhecer. Agora, não tenho como afirmar.

O Deputado Dionei Walter da Silva tem razão quando disse que se criou um problema e um prejuízo para o Estado. Isso foi pensado para dar prejuízo? Acredito que não! Pensou-se pelo melhor.

Agora, de maneira alguma isso depõe contra, e quero fazer justiça e de defender - tenho obrigação e dever - os nossos técnicos, que têm toda a competência, que trabalham com transparência. Mas temos de ser justos e dizer que quem os comanda somos nós. Os técnicos obedecem aquilo que lhes são determinados. E essa determinação, às vezes, não é só técnica. Às vezes é comercial, no pensamento de ser cada vez melhor e às vezes tem o seu interesse, que desconhecemos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Em nenhum momento coloquei dúvidas à capacidade dos técnicos da Cidasc, porque os conheço bem e dou graças a Deus que ainda existe em Santa Catarina uma empresa como ela, que tem a responsabilidade de comandar uma grande parte da nossa economia, que é voltada ao setor da agroindústria.

Se não fossem eles, teríamos problemas seriíssimos. Só fico pensando nesse processo agora, porque tudo é uma engrenagem. Começa no campo, depois vai para a indústria e passa pela fiscalização. E não posso entender que ninguém saiba disso, que se omitta desse processo. Se alguém se omitiu ou se vários setores se omitiram, o prejuízo foi daqueles que precisavam ter erradicado na base, num determinado instante.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SÓLPELA - Quem pagou a conta foi o produtor, Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Em primeiro lugar queremos cumprimentá-lo e dizer do orgulho de V.Exa. pertencer à região de Concórdia - e o nosso do Rio do Peixe nos leva até lá também.

Escutava atentamente, mesmo tendo chegado um atrasado devido compromissos no Tribunal de Contas, e presenciei uma coisa muito importante quando V.Exa. esclarecia o problema da produção de milho.

Em boa hora veio à tona este assunto, pois há alguns dias estamos gerenciando nesta Casa o problema, que V.Exa. é conhecedor, da Portaria nº 508, do Ministério do Meio Ambiente, que até sexta-feira passada, atendendo à confecção dessa portaria, de 20 de dezembro de 2002 e publicada no dia 24, restringindo a nossa região dos campos de Água Doce, das terras férteis de Água Doce, de Ponte Serrada, de Passos Maia, de Abelardo Luz, de Irani, de Ouro Verde, de Salto Veloso, e assim por diante (todos aqueles Municípios adjacentes) a área determinada como prioridade para a criação, de conservação federal.

Ai teremos um problema sério, Sr. Secretário, porque nessa região, dá gosto de ver pela vocação do agricultor, estão adaptando as terras, estão cultivando, melhorando a sua qualidade, essas terras cansadas, podemos assim dizer, porque não se presta mais para a prática da pecuária, porque é uma região de pouca pastagem.

Lá temos excelentes pastagens, mas temos regiões que só cultivando a terra, adubando, calcareando é que vamos ter uma boa produção. E o nosso agricultor está partindo para isso, está produzindo e aumentando as lavouras de milho, tanto é que nesta safra teremos uma grande quantidade.

A Ministra nos deu expectativa, na sexta-feira passada quando lá estivemos com os Deputados Federais Odacir Zonta e Cláudio Antônio Vignatti, com os Prefeitos de Ponte Serrada e de Passos Maia, além dos vice-Prefeitos de Abelardo Luz e Ouro Verde, de que essa portaria deverá sofrer algumas alterações para melhor, dando oportunidade ao nosso homem do campo continuar plantando alimentos. O milho é o principal alimento para a criação de suínos, bovinos, caprinos e até do homem.

Secretário, vimos restringir aquela região num percentual muito grande! só em Ponte Serrada são 15.500 hectares; em Passos Maia são 12.500 hectares; em Água Doce não está definido, mas tem um eixo que soma muito mais do que isso. Enfim, teremos um prejuízo muito grande.

Mas V.Exa. pode ter certeza de que o produtor de suínos, de aves, os consumidores e a nossa indústria, terão no ano que vem se - é óbvio, tomara que não haja necessidade do seguro, porque quando ele não atua é sinal de boa produção - a produção prometer, quanto a este ano, teremos um aumento significativo, porque a expectativa dessa região é triplicar a produção, o plantio de milho.

Estive em Palmas, numa reunião com os nossos agricultores e pecuaristas, em Água Doce e vimos a perspectiva, através dos sindicatos, da vontade daquela gente em produzir milho.

V.Exa. muito bem expressou a vontade de incentivar, através da Secretaria da Agricultura, do Governo do Estado, a cultura do milho nas áreas próprias para isso.

Por isso, quero mais uma vez agradecer à Ministra e a sua equipe que, após as nossas reivindicações, após o engajamento daqueles que procuraram por ela e mostraram a realidade da nossa região, ela entendeu que realmente não se pode coibir a produção de alimentos para simplesmente deixar criar uma vegetação rasteira, que vai levar 40 ou 50 anos.

Temos de cuidar, sim, do que nós temos, preservar aquela bela fonte de água, os banhados, os charcos, que são as espumas, as esponjas que seguram a umidade e vai soltando devagar.

Conservado tudo isso, preservando a natureza, respeitando o meio ambiente, teremos, Secretário, sem a menor sombra de dúvida, triplicado o plantio do milho naquela região.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Reno Caramori.

V.Exa. viu como são importantes essas reuniões. Viemos aqui para discutir o Mal de Aujeszky e tivemos a oportunidade de falar sobre diversos problemas da agricultura. A agricultura é realmente um setor importante na vida de todos nós.

Estive com o Deputado Mauro Mariani, no Planalto Norte e o Governador, Deputado Reno Caramori, determinou-nos que para o Planalto Norte se dê e se faça um projeto para aumentar a produção de milho. A região tem capacidade para isso. Precisamos fazer um programa que vá ao encontro do interesse do produtor daquela região, inclusive é uma das regiões que têm dificuldades no nosso Estado.

O Deputado Reno Caramori fez referência à portaria que cria a reserva nos Municípios de Água Doce, Ponte Serrada, Catanduvas e Vargem Bonita. O Deputado Reno Caramori sabe que foi uma denúncia, de que algumas espécies de madeira estariam em extinção.

Primeiro, não é verdade. Segundo, da forma como foi estabelecida a portaria para fazer a reserva florestal, tem a abrangência de 10 quilômetros depois de onde seria realmente a reserva, que acabaria com quatro ou cinco Municípios.

Estivemos com o Ministro da Agricultura, e levamos essa preocupação ao Presidente da República, assim como V.Exa. e o Deputado Odacir Zonta, e fomos entendidos, pois a portaria está suspensa.

Estamos fazendo uma proposta. Em dezembro do ano passado a Secretaria da Agricultura tinha um convênio com o Ministério da Agricultura de R\$12 milhões e R\$1 milhão, Deputado Reno Caramori, seria para fazer o levantamento, o inventário da mata naquela região para realmente comprovarmos o que está acontecendo.

Infelizmente, no apagar das luzes, no ano passado, esse convênio foi revogado. Estamos pleiteando que esse convênio seja revisto e possamos fazer o inventário naquela região.

Não tenho nenhuma dúvida de que o que foi proposto não tem cabimento! Quem propôs isso não conhece a realidade!

Então, às vezes, nós, Parlamentares estaduais, temos as mesmas dificuldades que os Deputados Federais! Dai a importância de elegermos os nossos representantes que conhecem a nossa realidade. Temos de fazer a autocritica, porque às vezes não sabemos escolher, e escolhemos aqueles que não conhecem a nossa realidade.

O setor agrícola precisa saber escolher o seu representante; o setor empresarial vai escolher o seu representante. Mas, acredito que essa portaria será revista; o Congresso Nacional vai nos dar a oportunidade de votar uma lei que realmente possa espelhar a realidade da nossa região e do nosso Estado.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Secretário, só para concluir. A realidade é aquilo que V.Exa. acabou de confirmar. Tem que conhecer a região! Nós conhecemos aquilo como a palma da nossa mão pelas nossas andanças, pela nossa vivência, pelas nossas visitas e até pela importância da observação daquela região, que é uma das regiões mais bonitas que nós temos!

Lá, Secretário, tanto o paranaense quanto o catarinense, onde a rodovia separa, praticamente, é a sua divisa, está mantendo lá uma associação muito importante. Não tem nada a ver com ONGs! Lá é coisa séria! Não buscam dinheiro de qualquer lugar para aplicar em outras coisas, mas para conservar aquilo que é deles.

A Associação dos Agricultores do Alto Chapecó e Alto Chupim tem mais de 200 associados, todos proprietários naquela região, onde estão vigiando a si próprios para que não se faça degradação do meio ambiente; para que se conserve as nascentes; para que se conserve a vegetação nativa. É monitorado com uma técnica para que eles possam lá viver e sobreviver por mais tantas gerações quanto a humanidade permitir.

Lá as propriedades vão de pai para filho; estão lá há 100, 110, 90 anos na mesma propriedade. E esse pessoal continua mantendo o homem na terra.

Por isso temos certeza de que aquela região, Sr. Secretário, vai produzir ordenadamente. Lá estão os melhores campos da nossa região, os campos de palmas, como eram chamados, pois têm o capim mimoso, o capim limão, que são pastagens nativas e que não permitem manejo.

Eles só estão utilizando as áreas onde o capim já está perecendo. Ai estão partindo para a agricultura tecnologicamente aplicada, com correção de solo, com preservação de erosão, e assim por diante.

Por isso quero dizer, Sr. Secretário, que isso foi falado em boa hora, porque mesmo que o assunto seja suíno, temos de tratar também do seu alimento. Sem o alimento para o suíno, tenha certeza V.Exa. de que teremos um problema sério.

Srs. Secretário, estivemos na Itália em uma ocasião com uma comitiva de Santa Catarina, e visitando uma indústria de amido, de transformação de grãos de milho, um dos Deputados perguntou se eles tinham interesse em montar uma fábrica daquelas no Brasil. E respondi antes que o italiano falasse uma gozação: "Não, depois vamos contratar também o milho da Itália para levar para Santa Catarina, porque lá a nossa produção não é suficiente", porque V.Exa. sabe que importamos milho.

Temos de atingir a auto-suficiência no plantio do milho, e vamos competir ainda mais com o mercado externo no preço e na qualidade dos nossos produtos, o porco e a ave.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Secretário, vou fazer uma última colocação, que mais vale como uma sugestão, um encaminhamento.

V.Exa. nos disse que visitou a região do Planalto Norte juntamente como Deputado Mauro Mariani. Lá V.Exa. deve ter visto que temos muita plantação, muita criação, mas não temos o aproveitamento desta criação.

Então, vale dizer que criamos a ave, o suíno e os mandamos para fora do Estado. E muitas vezes as empresas de fora do Estado, Deputado Mauro Mariani, dão "o balão" nos produtores e fica o problema para o Estado. O Estado é que tem de resolver, através de alguns benefícios para a empresa compradora.

Isso acontece sim, nos limites do Paraná e de Santa Catarina, em que compradores de suínos e aves não pagam pelo produto, mas o produtor é obrigado a entregar porque não tem onde levar.

Então, faço um desafio a V.Exa., como Secretário. Vamos procurar incentivar à implantação de uma agroindústria naquela região do Planalto Norte. É o apelo que faço, veementemente.

Fui Secretário da Fazenda e, muitas vezes recebi comitivas de Deputados desta Casa, independentemente Partidos Políticos, do PT, do PMDB, do PPB, solicitando benefícios fiscais para empresas de fora do Estado, para vir aqui extorquir o nosso produtor, sob pena de não receber mais o produto catarinense.

Então, faço esse apelo. V.Exa. terá aqui um grande incentivador, um grande colaborador para podermos implantar no Planalto Norte uma agroindústria que possa realmente aproveitar essa nossa matéria-prima.

Muito obrigado!

O SR. SECRETÁRIO DA FAZENDA - Muito bem, Deputado Antônio Carlos Vieira, eu mesmo, quando presidi aqui a Comissão de Agricultura, muitas vezes pedi a V.Exa. que estendesse o auxílio fiscal para que a empresa instalada no vizinho Estado do Paraná pudesse manter o atendimento aos nossos produtores em Santa Catarina.

O Deputado Mauro Mariani, alguns dias atrás nos trouxe o mesmo problema, e estão lá, o Deputado pode confirmar, se não me falha a memória, mais de 200 aviários fechados porque a empresa do Paraná deixou de atender a esses nossos produtores.

Naquela época tentamos muitas vezes instalar uma indústria no Planalto Norte ligada à agricultura. E, graças a Deus, a Cooperativa Alfa assumiu a administração de parte da Cooperacoinhas, e está lá, Deputado Antônio Carlos Vieira, com uma das maiores produções de cereais, de milho especialmente, neste ano.

Pedimos ao Presidente da Cooperativa Alfa que incentivasse, que tentasse buscar de todas as formas a implantação de uma agroindústria no Planalto Norte. E o Estado terá de dar todo o incentivo para que isso aconteça.

Se queremos desenvolver o Planalto Norte, temos de dar oportunidade para isso. E até acho que seria questão de bom senso das nossas indústrias não aumentar mais a produção em certos pontos do Oeste de Santa Catarina, que têm problemas de meio ambiente, de abastecimento de milho, de abastecimento de soja. Leváramos a indústria para onde está a produção.

Sei que V.Exa. tem bom senso, e sempre tratou bem o assunto, quando Secretário de Finanças. E quero lhe dizer que não vai me faltar vontade para fazer com que o Planalto Norte possa ter esse desenvolvimento, através das agroindústrias.

O SR. DEPUTADO MAURO MARIANI - Cumprimento V.Exa., Secretário Moacir Sopesla e parabeno-o pela forma como vem conduzindo a agricultura no Estado de Santa Catarina. V.Exa. é um homem que tem conhecimento do setor agrícola, e vem tratando com muita seriedade e já vem conseguindo bons resultados para a produção agrícola.

Fiquei feliz com a intervenção do Deputado Antônio Carlos Vieira e quero me somar a esse seu apelo.

Já estivemos na sua Secretaria fazendo um apelo para que V.Exa. envie esforços para que o Planalto Norte, além de produzir mais grãos, também agregue valor na sua produção, para que não aconteça o que aconteceu com a madeira, que foi explorada e exportada, e ficamos com a devastação, sem geração de emprego e sem renda.

Com certeza temos muito a acrescentar na produção, mas temos de levar algumas empresas para o Planalto Norte, especialmente algumas agroindústrias, para que o que o Deputado Antônio Carlos Vieira falou aqui, com conhecimento da causa, não continue acontecendo.

Temos hoje, na região de Mafra e Itaiópolis, mais de 200 aviários parados, porque uma empresa do Paraná leva a produção para agregar valor no seu Estado.

Contamos, e falo em nome do povo do Planalto Norte, com o seu empenho para que aquela região possa, durante a sua gestão frente à Secretaria da Agricultura, implantar uma agroindústria para agregar valor, e, especialmente, ajudar o pequeno agricultor, dar mais empregos, segurar o homem no campo e para que o pequeno agricultor de Major Vieira e de Catanduvas não venha morar aqui em Florianópolis ou procurar emprego em Joinville.

Esse é o apelo que faço e, como disse no início, quero parabenizá-lo pela forma como conduz a Agricultura do Estado, e coloco-me à disposição, e a nossa Comissão, para contribuir no que for possível.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Agradeço, Deputado.

Fui um dos incentivadores para que V.Exa. pudesse ser o representante do nosso Partido e presidir a Comissão de Agricultura.

Claro que às vezes as coisas não estão só nas mãos do Poder Público do Estado, mas imagino que precisamos mostrar a realidade.

Vou fazer apenas um comentário. Em Chapecó, Deputado, está sendo construído um frigorífico, do Grupo Esperandio, que deve abater 50 mil aves por dia.

Então, digo que falta, às vezes, informação, e temos culpa disso. Por que não se uniu o útil ao agradável e essa indústria não foi para o Planalto Norte? O próprio Estado deve fazer pesquisas e demonstrar o potencial de cada região. Com isso dariamos oportunidade para quem produz cereais e também a quem está lá com investimentos, e não consegue tirar proveito.

Sei que muitas vezes o Governador convidou V.Exa. para que fosse Secretário Regional, mas V.Exa. continua com o compromisso de ser Deputado aqui nesta Casa, e tenho certeza que o Planalto Norte está bem representado.

Embora possa parecer política, acredito na descentralização dos recursos, do Poder. É um projeto do PMDB, do Governo do PMDB, dos Partidos que dão apoio, e de Santa Catarina. Por isso vamos torcer para que dê certo e possamos desenvolver todas as regiões do interior.

Aqui, nos últimos quatro anos, pronunciei-me muitas vezes desta tribuna e sei a dificuldade, a penitência por que passa o nosso produtor e de quantos produtores abandonaram a sua atividade e foram para a cidade viver uma subumana na cidade.

Espero poder construir um projeto. Santa Catarina é exemplo de muitas coisas, e deve ser exemplo, mais uma vez, na questão do desenvolvimento, ainda maior, da nossa agricultura.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Com relação à nota oficial do Ministro no que diz respeito à duplicação da BR-101, vamos debater num outro momento, até porque não é objeto desta sessão, mas como o Secretário Moacir Sopesla, em várias oportunidades, em que pese ser lá do Oeste, também reconheceu a importância da duplicação da BR-101 no Sul do Estado, deve estar triste porque o Ministério pediu mais 60 dias para dar a resposta. Enquanto isso a gente do sul do Estado está perdendo as esperanças. Mas não é o momento para discutir.

Quero, ao tempo em que agradeço a disponibilidade de V.Exa. - tentamos agendar em outras oportunidades, mas não conseguimos compatibilizar a sua com a agenda da Casa - dizer que também represento uma região que é uma das principais produtoras, criadoras de suínos do Estado de Santa Catarina, o grande Vale do Braço do Norte. E sei da falta de esperança, da falta de perspectivas dos nossos criadores. É uma situação de angústia permanente.

Agora, entendo e tenho dito sempre que tenho oportunidade de conversar com os criadores, de participar de diversas reuniões, de debates com a própria associação. O que precisamos de fato é estabelecer uma política para a suinocultura do nosso Estado, porque se qualquer um de nós quiser implantar uma unidade produtora, com cinco matrizes, precisa apenas de uma licença ambiental. Se quiser, ao invés de cinco, colocar nessa unidade 500 ou 5 mil matrizes, também precisa tão-somente de uma licença ambiental.

Evidentemente que a falta de uma política de produção - V.Exa. colocou muito bem aqui no início - a questão do incentivo ao consumo no mercado interno, creio que a abertura de mercados externos é extremamente importante. O Governo passado - e V.Exa. teve a oportunidade de acompanhar missões oficiais comandadas pelo Governo Esperidião Amin - conseguiu abrir importantes mercados, como é o mercado russo.

O atual Governo também tem demonstrado essa preocupação. Inclusive hoje estávamos para ser convocados extraordinariamente na CCJ para analisar um pedido de licença para que o vice-Governador pudesse, juntamente com uma missão, deslocar-se à Tailândia e à China, certamente para dar seqüência a essas tratativas também. E pelo que me consta só não vai em função do problema de saúde pública que está ocorrendo na China neste momento.

São iniciativas extremamente louváveis que ocorreram com muita intensidade no Governo passado e que precisam ter continuidade - e terão, não dúvida, neste Governo.

Mas a ampliação do mercado interno, o incentivo ao consumo no mercado interno é extremamente importante. Tive a oportunidade de participar, no ano passado, de um grande evento promovido pela CCS e por várias outras entidades, um jantar de incentivo ao consumo da carne suína, realizado no Município de Grão-Pará. E naquela oportunidade - e foi realizado no mês de setembro do ano passado - fiz uma crítica ao evento pela localização, porque é evidente que nos Municípios de Braço do Norte, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Armazém, São Martinho, São Ludgero, Orleans, naquela região não há tanta necessidade de incentivar o consumo, porque ele já ocorre naturalmente.

Eu próprio passei a consumir carne suína depois que fui morar naquela região, de 15 anos para cá, que é o tempo que vivo na região da Amurel, no Sul de Santa Catarina. Até então também não tinha o hábito e tinha um certo preconceito por aquilo que sempre foi dito, por aquele desserviço prestado ao longo do tempo contra a carne suína.

Então, sugeri naquela época que o almoço de incentivo ao consumo teria muito mais efeito se fosse realizado aqui em Florianópolis, se fosse realizado nos próprios Municípios de Laguna, de Joinville, de Blumenau e em qualquer outra região onde o hábito do consumo não é tão intenso.

Então, é preciso que haja uma campanha de incentivo ao consumo no mercado interno, mas principalmente, Secretário Moacir Sopelsa, que haja uma política no sentido de planejar a produção, porque, evidentemente, se não tivermos esse planejamento, vamos ter, permanentemente, essa crise instalada, porque na medida em que novos mercados se abrem, o produtor se motiva, amplia a produção sem a garantia de colocar no mercado essa produção.

Então, é preciso que haja uma ampla discussão, a definição de uma política de produção e de consumo desse produto para que possamos resolver, em definitivo, essa situação difícil que vive o suinocultor.

Agradeço, mais uma vez, em nome da nossa Bancada, que fez o convite para que V.Exa. estivesse aqui, e queremos nos colocar à sua disposição e a de toda a sua equipe para que possamos gerar cada vez melhores perspectivas para a grande classe produtora do nosso Estado, para o agricultor como um todo.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - O debate proposto pelo Deputado Joares Ponticelli vai ser feito porque estamos num Governo que inaugura a era da responsabilidade. O Ministro poderia, irresponsavelmente, ter feito a licitação sem o dinheiro garantido. É uma informação que precisa ser dada. O banco que financiaria saiu e precisa

conseguir recursos para garantir a obra.

O SR. SECRETÁRIO MOACIR SOPELSA - Agradeço, Deputado Joares Ponticelli, pela oportunidade que tivemos aqui. E dizer que se os Deputados assim entenderem, poderíamos, um dia, estar aqui com a nossa equipe e apresentar todos os projetos da Secretaria da Agricultura. É importante que os Deputados tenham conhecimento, até para saber que se aquilo que estamos fazendo estamos indo no caminho certo.

Proponho-me, no dia que os Deputados entenderem, de estar aqui.

Agricultura, Deputado Joares Ponticelli, é realmente uma questão de sobrevivência do País e dos Estados. Não tem um país forte que não tenha uma agricultura forte. E temos em Santa Catarina bons exemplos de programas, independentemente de Partido Político que governou o Estado. Bons programas, o Estado fez.

Sobre a qualidade sanitária animal, temos os nossos problemas? Temos! Mas, assim mesmo ainda somos um Estado que se destaca perante os outros.

Temos aqui as melhores e maiores agroindústrias. A povo catarinense, a agricultura catarinense faz milagre em cima de uma pequena propriedade. Temos, se não me falha a memória, 1,3 do território brasileiro, e vamos produzir este ano 10% do milho produzido no País.

Temos a maior produção de franco, de suínos, de alho, de maçã. Então, existe possibilidade e a nossa gente acredita no trabalho.

Precisamos fazer a nossa parte. Os programas do Governo precisam ir ao encontro da

necessidade de agricultura. Claro que também o Governo, agora, anterior e futuros sempre tem, teve e terá dificuldades dos investimentos.

Agradeço a oportunidade e dizer que se não conseguimos mostrar aquilo que era o desejo de V.Exas., continuamos à disposição. Qualquer documento, qualquer informação prestada aqui, se os Deputados entenderem, podemos deixar cópia. Não tem problema algum.

Repito aqui que precisamos levar adiante o bom trabalho. Não adianta ficarmos pensando naquilo que foi feito e naquilo que se deixou de fazer. Temos de pensar neste momento, daqui para a frente. Só erra quem procura fazer; só erra quem procura realizar. Para sermos isentos de tudo, é só não fazermos nada.

Tenho orgulho de estar aqui nesta Casa, onde tenho bons amigos, independente de Partidos Políticos. Digo, com sinceridade, que tenho vontade de voltar. Não duvido que daqui a pouco esteja de volta.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Godinho) - A Presidência agradece ao Secretário Moacir Sopelsa pela exposição e pelas respostas, que atendendo convocação desta Assembléia, prestou os esclarecimentos solicitados.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, a hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 784, de 03/04/2003

Cria Grupo de Trabalho e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir "Grupo de Trabalho", formado pelos servidores **CLÁUDIO ROBERTO PIZARRO SCHUSTER**, matrícula nº 2610; **ROSEMARY PAZ PADILHA**, matrícula nº 3307; **MARISE ORTIGA ROSA**, matrícula nº 1390; **LINETE BRAZ MARTINS**, matrícula nº 2604; **JEAN CARLOS SESTREM**, matrícula nº 4145; **ILSON CHAVES DA SILVA**, matrícula nº 3306; e, **MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO**, matrícula nº 1572, para, sob a coordenação do primeiro, no prazo de 90 (noventa) dias, elaborar uma política de comunicação para o Poder Legislativo Catarinense, integrando as várias iniciativas de informação e comunicação atualmente existentes.

Parágrafo Único - Aos participantes do presente Grupo de Trabalho fica assegurado o benefício previsto no artigo 2.º da Resolução 1359/94, com as alterações previstas na Resolução nº 1043/01, sendo defeso aos servidores investidos em cargo de Direção e Assessoramento Superior, Código PL/DASU, a percepção da referida gratificação.

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 785, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: *de acordo com os artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 e, conformidade com a Resolução DP nº 007/98,*

NOMEAR **MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ**, matrícula nº 1894, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador do Orçamento Estadual Regionalizado, código PL/DASU-4, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Comissão de Finanças e Tributação).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 786, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ELIZETE ALVES LAURINDO**, matrícula nº 4143, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Nilson Machado).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 787, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIA TEREZINHA DOMINGOS**, matrícula nº 4111, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Nilson Machado).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 788, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **MARIA TEREZINHA DOMINGOS**, matrícula nº 4111, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Nilson Machado).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 789, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **RYAN LINHARES GOMES**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Nilson Machado).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 790, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JUACI DO AMARAL**, matrícula nº 3642, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Francisco de Assis Nunes).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 791, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JUACI DO AMARAL**, matrícula nº 3642, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Francisco de Assis Nunes).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 792, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **FÁBIO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 3863, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Francisco de Assis Nunes).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 793, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **FÁBIO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 3863, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Francisco de Assis Nunes).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 794, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JOSÉ FAUSTO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Francisco de Assis).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 795, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **SEBASTIÃO HEERDT**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Francisco de Assis).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 796, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **VIVIAN SOPELSA**, matrícula nº 3683, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/03 (Deputado Mauro Mariani).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 797, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE:
Fazer cessar, a contar de 31/03/03, os efeitos da Resolução nº 726, de 19/03/03, que designou o servidor **JONAS LEMOS CAMPOS**, matrícula nº 1521, para exercer as funções inerentes ao cargo de Assessor de Imprensa, código PL/DASU-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 798, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: de acordo com a Resolução DP nº 040/92, c/c Resolução nº 037, de 26/01/98,

DESIGNAR **JOYCE DOS SANTOS ALVES AQUINO**, matrícula nº 1178, para exercer a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação a partir de 01/04/03 (Deputado Pedro Baldissera).

Deputado Volnei Morastoni - Presidente
Deputado Romildo Titon - Secretário
Deputado Altair Guidi - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 799, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **RICARDO JOSÉ CANDEMIL**, matrícula nº 1167, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 08/03/03.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 800, de 03/04/2003

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

RESOLVE: nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **VALEDMAR DE SOUZA**, matrícula nº 0899, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 25/03/03.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, de 23/12/2002,

ATO DA MESA Nº 801, de 03/04/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I, e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MANOEL CARLOS DE SOUZA FILHO**, matrícula nº 1043, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 20/03/2003.

ATO DA MESA Nº 802, de 03/04/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARIA DA GRAÇA VIEIRA**, matrícula nº 0482, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 28/03/2003.

ATO DA MESA Nº 803, de 03/04/03 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **ZULAMAR VERGÍLO FRANCISCO**, matrícula nº 1589, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 04/04/2003.

Deputado Volnei Morastoni - Presidente

Deputado Romildo Titon - Secretário

Deputado Altair Guidi - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO Nº 023/2003

REFERENTE: CONTRATO CL Nº 012/2003-00, celebrado em 17/03/2003.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: TICKET SERVIÇOS S/A

OBJETO: O fornecimento e a administração de até 1.830 (mil oitocentos e trinta) cartões (...eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada...) para viabilizar a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais.

VALOR GLOBAL: A importância estimada de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), equivalente ao montante de créditos efetuados somado à taxa de administração, ora fixada em R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) sobre cada crédito realizado em cada cartão, equivalente à R\$ 27.450,00 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

ITEM ORÇAMENTÁRIO: 33.90.46.00 - Auxílio-Alimentação, do Orçamento da ALESC.

VIGÊNCIA: 17.03.2003 até 31.12.2003

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Autorização para Processo Licitatório nº 0966, e Processo Licitatório Concorrência Pública nº 001/2003.

Florianópolis, 17 de março de 2003.

Signatários:

Deputado Volnei Morastoni - ALESC

Roberto Baungartner - Contratada

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 12551, de 26 de dezembro de 2002

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina do projeto de Lei que foi convertido na Lei nº 12.551, de 26 de dezembro de 2002, que "Altera a Lei nº 11.481, de 2000, que institui o REFIS/SC".

Eu, Deputado Volnei Morastoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º da Constituição do estado e do art. 304, § 1º, do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º Os incisos II, III e V do art. 7º da Lei nº 11.481, de 17 de julho de 2000, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 7º -

II - *inadimplência, por três meses, consecutivos ou não, das parcelas do débito consolidado;*

III - *constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débitos enquadráveis no art. 1º e não incluídos na confissão a que se refere o inciso I do caput do artigo anterior, salvo se o montante dos débitos em questão for integralmente nela incluído, no prazo de trinta dias, contados da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera judicial;*

V - *decisão definitiva na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao optante, relativa a débitos enquadráveis no art. 1º e não incluídos no Refis/SC, salvo se os referidos débitos forem incluídos na confissão a que se refere o inciso I do caput do artigo anterior, no prazo de trinta dias, contados da ciência da referida decisão;*

" Art. 3º Acrescente-se § 5º ao art. 7º da Lei nº 11.481, de 2000, com a seguinte redação:

Art. 2º O parágrafo 4º do art. 7º da Lei nº 11.481, de 17 de julho de 2000, passa a ter a seguinte redação, acrescentando-lhe os seguintes incisos:

Art. 7º

§ 5º É facultado ao contribuinte notificado após decorrido o prazo fixado no § 2º do art. 1º, no prazo de trinta dias a contar do recebimento da notificação, a manifestar seu interesse em ingressar no programa, ficando convalidadas as opções e ingressos no REFIS/SC ocorridos nestas condições.

"Art. 4º Ficam revogados os incisos I, VI, VII e VIII do art. 7º da Lei nº 11.481, de 2000."

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 04 de abril de 2003-

Deputado Volnei Morastoni

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 017/03

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE JOINVILLE

Joinville, 24 de março de 2003.

Excelentíssimo Senhor

Dr. Volnei Morastoni

MD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luz Fontes, 310

88020-900 FLORIANÓPOLIS SC

Senhor Presidente:

Para a devida apreciação, encaminhamos Relatório de Atividades da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Joinville, relativo ao exercício findo de 2002.

Foi com a imprescindível colaboração financeira de nossas Voluntárias, de algumas empresas e demais membros da comunidade, simpatizantes da nossa causa, e mais os resultados dos eventos que participamos e/ou realizamos, que pudemos ao longo dos 22 anos de existência, atender um número superior a 55.000 mulheres carentes.

Colocamos agora, todas as nossas forças e esperanças neste ano de 2.003, ano em que temos por objetivo iniciar a construção da nossa sede própria. Estamos convictas de que, com a ajuda dos órgãos governamentais, da comunidade empresarial e de todas as pessoas que acreditam no nosso trabalho, poderemos transformar o nosso sonho em realidade e proporcionar um atendimento mais digno e de melhor qualidade para as nossas pacientes carentes.

Ao dispor para esclarecimentos que se façam necessários, firmamo-nos cordial e atenciosamente.

Odete da Nova Cardozo

Presidente

Maria Anizia Roslindo

Secretária

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/03

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 018/03

SEJ - Sociedade Espirita de Joinville

Joinville, 25 de março de 2003.

À

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Prezados Senhores:

Estamos encaminhando, em anexo, o Relatório de Atividades da Sociedade Espirita de Joinville do ano de 2002, bem como o Demonstrativo das Receitas e Despesas. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Cordialmente,

Wilmar Manske

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 03/04/03

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 216/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **ALIPIA VIEIRA MOREIRA**, matrícula nº 1296, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Palácio Barriga Verde, em 03/04/2003

JOSÉ BUZZI

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 217/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **RAQUEL BITTENCOURT TISCOSKI**, matrícula nº 1541, na Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia.

Palácio Barriga Verde, em 03/04/2003

JOSÉ BUZZI

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 218/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 1608, na Comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Palácio Barriga Verde, em 03/04/2003

JOSÉ BUZZI

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 219/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **MARCOS GRAFF CESAR**, matrícula nº 1729, na Liderança do PSDB.

Palácio Barriga Verde, em 03/04/2003

JOSÉ BUZZI

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 220/2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **JOSÉ DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, no Departamento Parlamentar.

Palácio Barriga Verde, em 03/04/2003

JOSÉ BUZZI

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 221/2003 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ELIANA DE FREITAS RIBEIRO**, matrícula nº 1491, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-11-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 24/03/03.

PORTARIA Nº 222/2003 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARIA HELENA BARGELLINI**, matrícula nº 1234, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 25/03/03.

PORTARIA Nº 223/2003 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **PRESCILIA CARDOSO**, matrícula nº 1993, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-I, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 26/03/03.

Palácio Barriga Verde, em 03/04/2003

JOSÉ BUZZI

Diretor

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 042/03

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE GUERREIROS MISSIONÁRIOS DA ÚLTIMA HORA.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Beneficente Guerreiros Missionários da Última Hora, com sede e foro em Guarimir/SC.

Art. 2º - À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Odete de Jesus
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/03

JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente Guerreiros Missionários da Última Hora, com sede e foro na cidade de Guarimir, é uma entidade civil de Direito Privado e de caráter Beneficente sem fins lucrativos.

A Associação tem por finalidade atuar na área social visando criar e manter programas de atendimento às crianças, assegurando-lhes alimentação, saúde, educação, lazer e cultura, desenvolver trabalhos de conscientização para que no ambiente social vigore a solidariedade humana, fraternidade, justiça social e caridade cristã.

Considerando tal serviço social da referida Entidade, contamos com o acolhimento de V.Exas, para que a presente proposição, após a tramitação e aprovação nesta casa Legislativa, seja então sancionada pelo Governador do Estado.

*** X X X ***